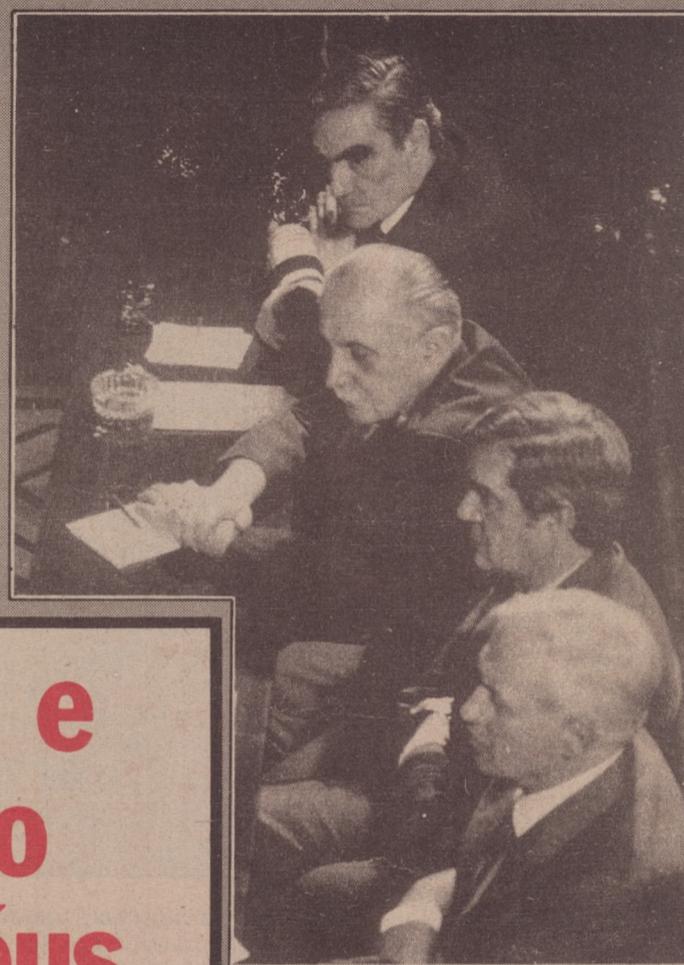
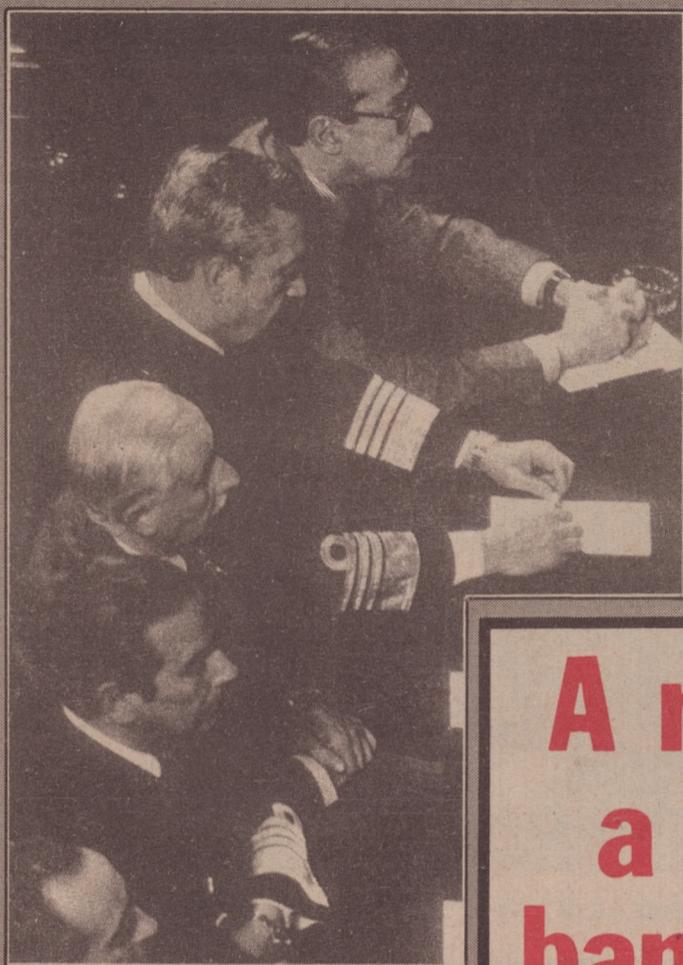


EM TEMPO:

Periódico nacional • n.º 204 • setembro de 1985 • Cr\$ 3.000



A repressão e a tortura ao banco dos réus

Argentina: O julgamento dos militares

Entrevista exclusiva com Flávio Koutzii. Páginas 10 e 11

Brasil: Torturadores atuantes, repressão intacta

Depoimentos de Helena Greco, Luís Eduardo Greenhalgh e José Genoíno Neto. Páginas 8 e 9.

SP: Metalúrgicos, Químicos, Plásticos, Vidreiros...

Mais de 1 milhão na Campanha Unificada

Página 12

Eleições Municipais:

A hora da arrancada do PT

Páginas 3, 4 e 5

23 de outubro: Dia continental de luta contra a dívida externa

Todos contra o FMI

Página 16

A política econômica e a luta operária

Acordo com o FMI e desacordo com os trabalhadores: estas são as duas faces da política econômica do governo Sarney. A luta neste segundo semestre pode avançar em sua unificação e politização.

Com a entrada do empresário da indústria Trol, Dilson Funaro, no Ministério da Fazenda e do diretor de operações internacionais do Bradesco, Fernão Bracher, na presidência do Banco Central estabeleceu-se uma grande sintonia no interior da equipe econômica do governo Sarney. E essa mudança contou com o apoio dos empresários e banqueiros.

Com essas mudanças, o governo enfrenta duas questões decisivas: a dívida externa e a política salarial.

Novo acordo com o FMI

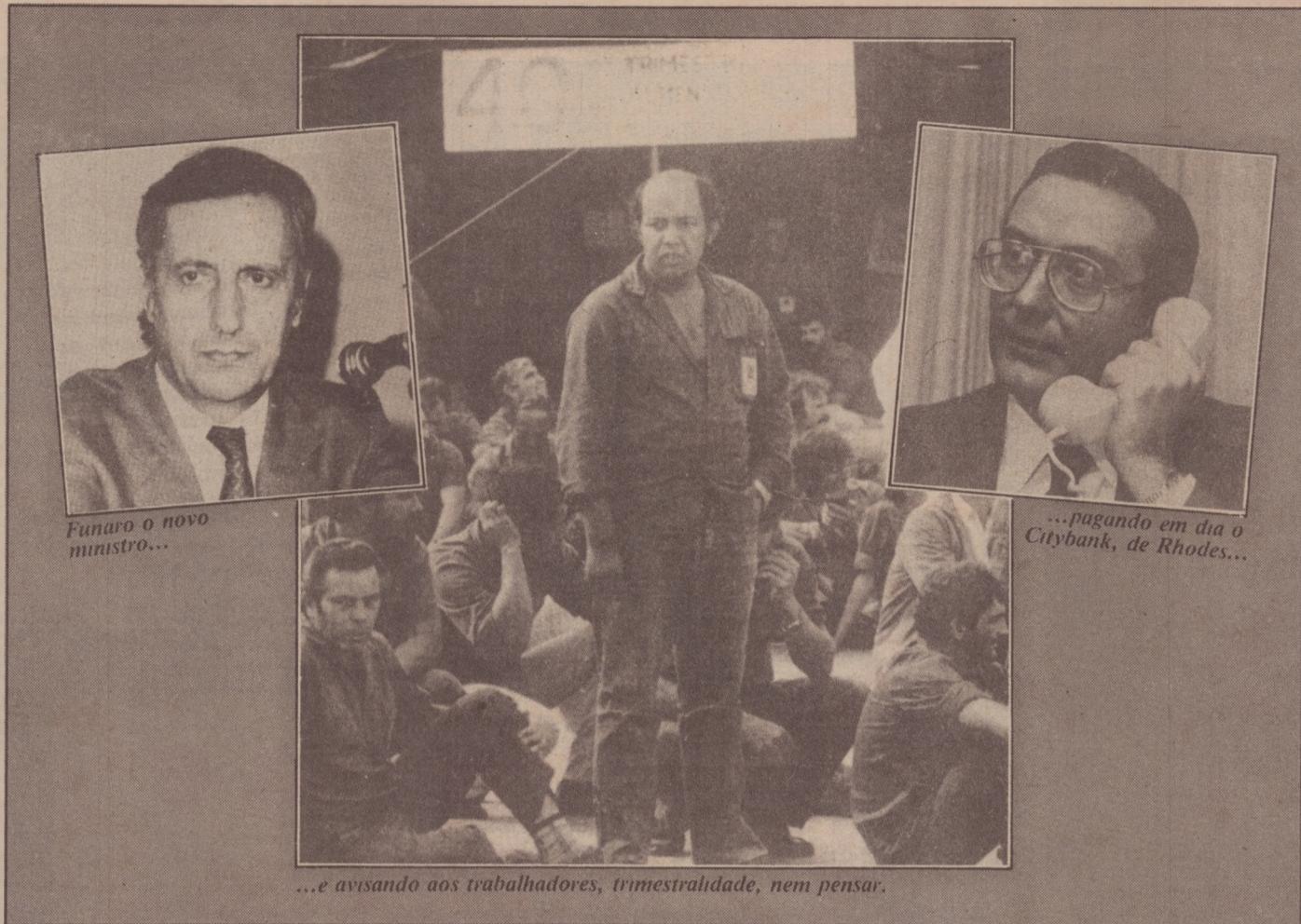
Na conversa entre Funaro e o diretor-geral do FMI, Jacques Larosière, houve uma importante aproximação de posições.

Dilson Funaro argumentou com o FMI que o ajustamento externo feito (leia-se recessão) e o fato do Brasil "... estar honrando religiosamente os compromissos da dívida externa, através do pagamento de juros, deve ser prova suficiente para o FMI e o governo americano de que o país está consciente de suas obrigações" (*Gazeta Mercantil*, 18/9/85). O bom "currículo" do Brasil o habilita a "... fazer um acordo com o Fundo, mais amplo e mais suave, que permitisse existir uma confiança mútua também dos bancos credores" (*Gazeta Mercantil*, 19/9/85). Ou seja: é necessário tentar garantir um mínimo de crescimento econômico, não é possível apenas aplicar uma política recessionista.

Pelo lado do FMI, houve segundo a *Gazeta Mercantil* um clima "... definitivamente mais receptivo do que no ano passado a abordagens alternativas sobre o ajustamento dos países endividados". Segundo uma "categorizada fonte financeira do governo americano" citada "... não existe nenhum requisito automático na receita do FMI que exclui o crescimento. A questão central é chegar a um acordo que faça sentido e tenha uma chance razoável de produzir resultados" (*Gazeta Mercantil*, 18/9/85).

Esta postura do FMI tem explicações. Segundo o *Financial Times* há dois pontos que a justificam: O primeiro são as "... crescentes dúvidas sobre a capacidade e competência do FMI em prescrever o remédio certo. A austeridade é correta e boa, argumenta-se, desde que produza resultados. Mas, com os padrões de vida ainda comprimidos e nenhum sinal de reabertura nos mercados de créditos privados, torna-se difícil para personalidades como o Ministro das Finanças do México, Jesus Silva Herzog, defenderem as posições tradicionais do FMI". O segundo ponto é a crença de muitos banqueiros que, em função de um aprofundamento da retração econômica dos Estados Unidos, se torne necessário uma nova série de pacotes de financiamento patrocinados pelo FMI (*Financial Times*, 1/9/85).

É nesse quadro que se dão as negociações do governo Sarney com o FMI. A espalhafatosa manchete da *Folha de São Paulo* do dia 19 de setembro — "Funaro repele ingerência do FMI" — só pode ser atribuída à vontade que a *Folha* tem de criar uma imagem "soberana" do governo. O próprio Funaro



deixa claro que "desde que o Brasil esteja honrando os seus pagamentos" a inflação brasileira é um assunto que não interessa aos bancos credores (*Folha de São Paulo*, 19/9/85). Seria feito um "monitoramento suave" da economia brasileira, segundo a *Gazeta Mercantil*.

Ou seja, o FMI não deixará de rondar a economia brasileira e mais de um bilhão de dólares continuarão a ser mensalmente pagos aos banqueiros internacionais...

Não é à-toa que o PND da "Nova República" nada diz de concreto sobre a renegociação da dívida externa (artigo página 3).

Política salarial: guerra ao trimestral

Se com o FMI o acerto é tranqüilo, com os trabalhadores brasileiros a situação é outra.

O governo decretou guerra à trimestralidade. Embora reconhecendo que a inflação este ano passará dos 230%, não aceita atender às reivindicações dos trabalhadores.

Apesar do peso dos salários nos custos industriais atingindo apenas 4,1% do total, apesar dos lucros astronômicos dos banqueiros, a "Nova República" vem usando o velho discurso da velha ditadura: "os salários são inflacionários".

Inovam apenas na argumentação contra a reposição de perdas salariais: "Não é possível repor tudo de uma vez".

No entanto, a força e a organização do movimento dos bancários arranca importantes conquistas (vide artigo página 13). Questiona a fundo a política

salarial vigente, que ainda é a da "Velha República".

Frente a essa pressão do movimento e visualizando um segundo semestre com muitas lutas, pois importantes categorias têm aí a sua data-base, o governo tenta alguma iniciativa.

Articula-se uma alteração na política salarial que passaria a oficializar a concessão — semestral — de 100% do INPC a todas as faixas salariais. Ao mesmo tempo seria criado um índice único para a economia, pois o INPC tem sido sistematicamente inferior à inflação.

Além dessas limitadíssimas medidas ventiladas pelo governo, há uma certa retomada da idéia de pacto social. Os ministros fizeram várias reuniões com o movimento sindical, pedindo à CUT "moderação" nas reivindicações...

As lutas e sua unificação

A trimestralidade, bandeira que avança no sentido da escala móvel de salários, é uma reivindicação praticamente comum nas quase 1.000 negociações salariais previstas até o final do ano.

Uma iniciativa importante se desenvolve em São Paulo, onde categorias como metalúrgicos, químicos, plásticos buscam articular uma Campanha Salarial Unificada (ver artigo página 12). Iniciativa para somar forças, quebrar o corporativismo e pressionar efetivamente os patrões e o governo.

É um esforço decisivo da CUT da Grande São Paulo, que pode e deve polarizar várias setores do movimento sindical, forçando com sua dinâmica de mobilização, que até setores identificados com a própria Conclat não tenham como fugir à luta.

Marcar presença na cena política

A busca da luta unitária não pode se limitar às campanhas em si. É necessário que as campanhas salariais se articulem com a luta pelo rompimento com o FMI e com a intervenção nas eleições municipais.

Dia 23 de outubro será o Dia Continental de Luta contra a Dívida Externa (ver artigo página 16). É um momento para demonstrar a necessidade de não se submeter aos ditames do imperialismo e fortalecer a luta pelo fim da nossa exploração. A alternativa operária e popular à crise atual deverá polarizar com a imposta pelos banqueiros internacionais. Um momento para deixar claro que só rompendo com o sistema financeiro internacional, deixando de pagar a dívida externa, será possível o crescimento econômico que interessa ao povo. O imperialismo, ao impor os parâmetros básicos da política econômica brasileira, é o principal responsável pela crise. Como a Aliança Democrática está a ele vinculada e não pode atacá-lo, escolhe os salários como "bode expiatório".

A mobilização dos trabalhadores já é importante para fortalecer uma intervenção de classe no processo das eleições municipais: ela deixará claro de que lado estão os candidatos que apóiam a Aliança Democrática. No entanto, apenas a mobilização não basta: é necessário que o PT tenha condições de ligar, politicamente, as lutas em curso com as suas campanhas eleitorais, demonstrando na prática qual a alternativa dos trabalhadores. Participando efetivamente da luta, usando o espaço da campanha para fortalecê-las.

O desgaste da Aliança Democrática e a alternativa dos trabalhadores

As diversas pesquisas que vêm sendo divulgadas sobre o andamento das eleições para a prefeitura das capitais, embora devam ser em geral avaliadas com reservas, mostram uma coisa clara: cresce o sentimento oposicionista com relação ao governo da Aliança Democrática, e especialmente com relação aos governos estaduais do PMDB (e do PDT). O estado onde isto aparece com maior clareza é São Paulo, onde até o "candidato chapa branca", Fernando Henrique Cardoso, tem procurado se apresentar às vezes com uma imagem oposicionista (sua participação no primeiro programa da propaganda oficial na televisão desagradou bastante o governador Montoro e o prefeito Covas).

Este resultado era previsível: recebendo votos em 1982, ou grandjeando apoio para Tancredo no Colégio Eleitoral em 1985, o PMDB

apresentava promessas de mudanças, de melhora nas condições de vida, que estão sendo claramente fraudadas. Seu desgaste apenas começou: em várias regiões do país (sobretudo onde os governadores são do PFL ou do PDS) o PMDB continua com prestígio. Mas vai perdê-lo.

O grande problema que está ocorrendo é que a desilusão com o PMDB tem beneficiado candidatos tão ruins ou piores do que os seus: gente como o velho direitista (e populista) Jânio Quadros, ou candidatos do PDT. O único partido que pode ser uma alternativa real, favorável aos interesses populares, o PT, ainda não é visto em geral como um concorrente viável, sobretudo pela sua fraca estrutura fora de São Paulo.

Mas os representantes mais lúcidos da burguesia não se enganam:

sabem que os setores combativos do movimento operário e popular têm se fortalecido, como destaque para a CUT. Por isso vêm atacando com veemência especial a CUT e o PT (como na campanha sobre o "dinheiro alemão").

Fica cada vez mais claro o desafio para o PT nestas eleições: partir do crescimento das lutas populares, do reforço dos setores mais combativos, bem como da insatisfação, inicial mas crescente com o governo, para conseguir o crescimento do partido, acumulando forças para a construção de uma alternativa operária e popular à Aliança Democrática. Se o PT não tiver sucesso nesta linha, os beneficiados serão o PDT... e a direita, melhor representada agora por Jânio.

E também fica mais claro que, na campanha, o PT deve deixar o mais claro possível sua posição global à Aliança Democrática. E isto tanto

denunciando a política geral da "Nova República", seu caráter de continuidade conservadora, quanto propondo a nível municipal medidas concretas e precisas que ataquem os interesses burgueses em defesa dos interesses populares, que o PMDB ou o PDT não podem assumir.

Além disso, o PT deve priorizar na campanha a ligação com os movimentos populares. Agora por exemplo, destacando os temas relacionados com a greve dos bancários: trimestralidade, direito de greve, contra a repressão. Em questões como essa, o PMDB fica pouco à vontade e as contradições da "Nova República" afloram.

O descontentamento com o governo existe e aumentará. Nosso papel é conduzi-lo para uma alternativa de interesse dos trabalhadores.

IV PND: um amontoado de inconsistências

Maurício Borges

O IV Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) lido pelo ministro do Planejamento, João Sayad, no Congresso, dia 11, não é exatamente um plano, mas um amontoado de inconsistências. Revelam, no fundo, as principais contradições por que passam hoje a economia brasileira. No essencial, Sayad propõe uma taxa de crescimento do PIB de 6% para os próximos anos. Essa proeza requer, entre outras coisas, a solução de duas dificuldades centrais que obstaculizam a expansão da economia: a dívida externa e o nível estratosférico das taxas de juros internos, sendo que ambos fatores estão interligados.

A avaliação de Sayad

Sobre a possibilidade de queda da taxa de juros, Sayad centra a análise no que ele denomina de desequilíbrio financeiro do setor público. Segundo ele "a situação atual do setor público pode (...) resumir-se nos seguintes termos. O governo brasileiro realizou, nos últimos anos cortes pesados, mas indiscriminados, de gastos para fazer face às pressões resultantes dos superávits comerciais, da explosão da taxa de juros interna e da perda de receita provocada pela recessão e pela aceleração inflacionária. Consequentemente, os gastos não financeiros do setor público são hoje inferiores à sua receita total. No entanto, o superávit resultante cobre uma parte relativamente pequena dos encargos financeiros".

É de se concluir, pois, que o corte dos gastos públicos torna-se gradativa-



IV PND: suas inconsistências não resolvem problemas sociais

mente uma medida inócua, já que grande parte do déficit público é representado pelos juros da dívida externa e interna (cerca de 90%), cabendo o restante a setores específicos como a previdência social (que responde pela maior parte do rombo).

As medidas

Em vista disso, não tem muito sentido Sayad propor para reduzir o déficit público as seguintes medidas: "1) corte dos gastos públicos, desta vez a ser aplicado de forma seletiva (...); 2) saneamento financeiro das empresas estatais (...); 3) recuperação da carga tributária (...); 4) negociação externa com o objetivo de primeiro obter melhores condições de pagamento e segundo tornar a economia brasileira

menos vulnerável (...); 5) redução dos juros reais, o que será, em parte, consequência das medidas anteriores. Mas é preciso um esforço para a redução autônoma dos juros reais, condição 'sine qua non' para a retomada do crescimento".

Os limites

Ora, os pontos primeiro e terceiro têm limites relativamente estreitos e custos sociais e políticos altos, o que os torna irrelevantes do ponto de vista da necessidade de uma redução significativa do déficit público. O ponto dois, por outro lado, é uma medida apenas contábil - transferir o endividamento das empresas estatais para o governo federal - já que em termos efetivos ele

depende do quarto ponto (negociação da dívida externa).

Assim, a proposta de Sayad, mascarada em 5 pontos, reduz-se a apenas dois (o quarto e quinto ponto) que ele não desenvolve. Ele não tenta demonstrar como se pode conseguir uma negociação favorável da dívida externa ao lado de uma redução autônoma da taxa de juros.

Esta última, por exemplo, poderia ser conseguida através de emissões de dinheiro, que elevariam a liquidez e tenderiam a aumentar o volume de capital-dinheiro sobrando-especulativo na economia, o que levaria à especulação inicialmente e principalmente com dólar, e agravaria a crise cambial atual, isto é, a escassez de divisas para fazer face aos serviços da dívida externa. Neste caso, para que isto não viesse a ocorrer, seria necessário um controle centralizado do comércio exterior e, no limite, a sua estatização, pelo menos provisória. É uma proposta politicamente problemática que Sayad certamente não está nem de longe disposto a encampar.

Do ponto de vista das contas externas, Sayad não explica como a economia vai crescer 6% ao ano, que dado o atual nível baixo de importações, não poderia se realizar sem um crescimento no mínimo nesta proporção das importações (especialmente bens de capital).

Em suma, Sayad propõe crescer 6% mas de modo nenhum fornece os meios que envolvem a baixa da taxa de juros e a situação externa, o que mostra que o seu quarto PND não passa de um amontoado inconsistente de más intenções.

Encontro Estadual do PT define proposta socialista mais clara

João Machado



O Encontro Estadual do PT de São Paulo, realizado nos dias 24 e 25 de agosto, foi o que teve até agora o maior número de delegados presentes: 1.078. Além disso, registrou um avanço político importante nas suas deliberações. Desta forma, faz parte do processo de mudanças positivas por que o PT vem passando.

Apresentaram-se no Encontro quatro propostas políticas: a da "Articulação dos 113" (também chamada apenas de "Articulação"), formada a partir da Executiva anterior do partido; a da articulação "Construir uma alternativa Operária e Popular", que reúne os setores mais à esquerda do PT de São Paulo; a da articulação "PT Vivo", formada nos dias anteriores ao Encontro a partir da unificação de três setores: o grupo "PT na Capital" (que anteriormente participava da "articulação dos 113" e que no processo de realização do Encontro da Capital apresentou uma proposta própria), um grupo de petistas da região de Campinas (que anteriormente integrava também a "Articulação dos 113") e a corrente identificada com a revista "O Trabalho" (que pretendia participar da "articulação dos 113" mas que não foi aceita nesta articulação); e a articulação "O PT na luta pelo socialismo", formada a partir de alguns delegados de Diadema.

Dos poucos mais de mil votos válidos nas chapas, a da "Articulação" obteve cerca de 61%, elegendo 27 titulares e 9 suplentes para o Diretório Regional; a chapa "Construir uma Alternativa Operária e Popular" teve cerca de 23% dos votos, elegendo 10 titulares e 3 suplentes para o DR; e a chapa "PT

Vivo" teve cerca de 16% dos votos, elegendo 7 titulares e 3 suplentes para o DR. Com este resultado foi eleito presidente o candidato da chapa "Articulação", o Deputado Djalma Bom, líder do partido na Câmara Federal.

A proposta aprovada

A proposta política aprovada pelo Encontro foi a apresentada pelos "113", incorporando várias emendas, inclusive muitas propostas pelas outras articulações. O resultado foi muito positivo.

Em primeiro lugar, o documento aprovado faz uma análise bastante clara das características do atual momento político, da transição em curso da ditadura militar para uma nova forma de dominação burguesa. Passa a prevalecer, assim, a posição que anteriormente era defendida pelos setores mais à esquerda do PT, que integram a articulação "Construir uma alternativa operária e popular", e que antes era rejeitada pelos "113" (na convenção extraordinária que reafirmou o boicote ao Colégio Eleitoral). Fica claro que acabou a ditadura militar, e que o novo regime, embora visceralmente conservador e globalmente anti-popular, enfrenta o movimento operário e popular de maneira distinta da que prevalecia na ditadura.

A partir desta visão geral, são avaliados o governo Sarney e o governo Montoro, bem como a situação do movimento de massas. São descritas inclusive algumas debilidades das greves do 1º semestre, como a separação entre os vários movimentos, que facilitou o seu

controle. Corretamente, aponta-se a necessidade de unificação e da generalização das lutas, inclusive dirigindo propostas de unidade de ação às bases e à direção da Conclat, pressionando-a a assumir as bandeiras mais significativas do movimento sindical: jornada de 40 horas, reajuste trimestral, direito de greve e reforma agrária.

Ainda no plano da política na conjuntura, o documento define um plano de ação basicamente correto, que trata da luta contra o "pacto social", da Constituinte, da antecipação das eleições diretas para presidente, da luta contra o pagamento da dívida externa, do governo Montoro e da reforma agrária. Nesta última questão, os primeiros esboços de documentos dos "113" partiam da posição assumida pela Executiva Nacional do PT de apoio crítico ao plano nacional de reforma agrária do governo Sarney; mas na versão final isto não foi incluído.

Restou uma debilidade importante na definição da tática do PT para o atual momento: foi recusada a proposta apresentada pela articulação "Construir uma Alternativa Operária e Popular" que extraía as conseqüências das caracterizações feitas do processo de transição e do regime, e definia como objetivo do PT a construção de uma alternativa operária e popular global à Aliança Democrática, acumulando forças no movimento, fortalecendo a organização própria e a independência política dos explorados, buscando impedir a consolidação de um regime conservador estável. Dentro desta visão, era importante deixar clara uma política de alianças que procure unificar o campo operário e popular com uma política própria, independente da burguesia. Do mesmo modo, era importante reunir numa plataforma única as reivindicações políticas e econômico-sociais dos trabalhadores, facilitando dar uma perspectiva unificada aos movimentos isolados, e a ligação entre a luta política e a luta econômica.

Rejeitando esta visão do esforço para construir uma alternativa global à Aliança Democrática, o documento aprovado define uma linha mais frouxa de lutar por reivindicações de interesse dos trabalhadores nos vários planos (político, econômico, cultural...), reforçando o movimento popular, lutando para evitar o isolamento do PT e para mudar a correlação de forças. Desta forma, o PT teria uma política de alianças distinta em cada plano (o que é correto) mas não teria uma política global de construir um campo alternativo, uma alternativa política à A.D. unificando o conjunto das forças do movimento operário e popular.

Muito importante também foi o avanço representado pelo documento aprovado na definição do entendimento que o PT tem do socialismo e de como lutar por ele. Pela primeira vez desde 1982, a direção de São Paulo do PT deixa clara sua discordância da visão de "construir o socialismo passo a passo". Menciona o caráter revolucionário

do processo de luta pelo socialismo, a destruição do Estado burguês, a necessidade da socialização dos meios de produção. Também a compreensão do que deve ser o próprio PT avança: é definido como partido da classe trabalhadora, dirigente das suas lutas, instrumento para a conquista do poder.

Além disso, no texto final aprovado foram eliminadas as passagens que tratavam de modo sectário os setores e organizações de esquerda do partido. A colocação aprovada é correta: que o PT não é nem deve ser uma frente de organizações, e que deve ser travado "um combate político para garantir o cumprimento das deliberações democraticamente tomadas por todos os filiados, considerados sem discriminações nem privilégios".

Finalmente, foi aprovada uma resolução de que as chapas minoritárias, desde que alcançassem 10% dos votos, teriam o direito de participar da Executiva Estadual. Foi rejeitada a proporcionalidade na Executiva — proposta que melhor se adequaria à situação atual do PT —, mas foi abandonada a linha estreita de "Executivas puras". Assim, a primeira reunião do Diretório Regional elegeu um membro da articulação "Construir uma Alternativa Operária e Popular" (João Machado) e um do "PT Vivo" (Valeska Peres) para a Executiva. É uma mudança importante, embora dois membros em 14 seja muito pouco para minorias que em conjunto representavam quase 40% dos votos dos delegados.

Os motivos do avanço

Podemos alinhar várias razões para explicar o avanço representado pelo Encontro do PT paulista. Em primeiro lugar, a conjuntura está exigindo uma definição mais clara do partido, um perfil político mais definido (inclusive pela disputa de espaço por outras propostas partidárias, como a dos PCs e a do PDT ou do PSB). Em segundo lugar, é cada vez mais presente em setores da vanguarda social, principalmente no movimento sindical, a insatisfação com o estado do partido e a cobrança de mudanças, que permitam ao PT estar mais presente como partido no processo de crescimento das lutas populares. Em terceiro lugar, nos últimos meses tem aumentado muito o intercâmbio de ativistas do PT (e da CUT) com correntes revolucionárias latino-americanas, por exemplo a partir da iniciativa de Castro de lutar contra a dívida externa. Em quarto lugar, os setores mais à esquerda do PT vêm se reforçando. Tanto as vitórias em outros estados influenciam em São Paulo, quanto a constituição da articulação "Construir uma Alternativa Operária e Popular" em São Paulo puxou as discussões aqui e influenciou o resultado final, embora tivesse obtido um número de votos algo inferior ao seu potencial. Finalmente, há mudanças internas entre as várias correntes que compõem os "113", tendo crescido as correntes que têm posições mais avançadas.

São Paulo

O PT enfrenta a polarização Jânio x Fernando Henrique

A campanha para a prefeitura de São Paulo é sem dúvida a mais importante do país. Além disso, tem um significado ainda maior para o PT, pois é neste estado que o partido tem maior implantação.

Avaliações realizadas pelo Diretório Regional do partido (no dia 14 de setembro) e pelo Conselho Político da Capital (no dia 18) confirmam as amplas possibilidades da candidatura do deputado Eduardo Suplicy. Fernando Henrique Cardoso não tem se saído bem na campanha, e enfrenta o problema sério do desgaste do governo Montoro: paga o preço das contradições da Aliança Democrática, do fato de que o PMDB não está correspondendo às expectativas de mudança - e nem poderia. Jânio Quadros cresceu aparecendo como oposição a Montoro - mas é um candidato cheio de pontos fracos, expressão clara da direita, apoiado por Maluf. O

candidato do PT é o único que não tem coisas inexplicáveis para explicar.

O conjunto do PT em São Paulo está entrando agora na campanha. Com a mobilização dos seus militantes, o PT poderá fazer face ao poder financeiro do PMDB e de Jânio.

As reuniões do Diretório Regional e do Conselho Político da Capital, além de tomar medidas para incrementar a mobilização de todos os petistas, e para resolver as dificuldades financeiras, fizeram também uma avaliação política da campanha do partido. E a conclusão geral é que a diferença da candidatura do deputado Suplicy com relação à candidatura de Fernando Henrique Cardoso ainda não está clara para toda a população. Os riscos que o PT enfrenta são o "voto útil" em Fernando Henrique na classe média, e o voto contra o governo em Jânio na periferia.

Assim, para enfrentar estas

duas candidaturas, é necessário reforçar os seguintes aspectos: para dar à campanha um caráter de oposição e de alternativa mais claro, passar um recado mais ostensivo, mais ofensivo, mais concreto (inclusive fazendo um plano das medidas que seriam tomadas nos 100 primeiros dias da administração petista para ser agitado); trabalhar mais com as questões levantadas pela greve dos bancários (trimestralidade, direito de greve); ligar mais o Lula à campanha (uma vez que Lula, para a população, sintetiza o PT); centrar fogo contra o "voto útil", não poupando o PMDB (por sua atuação na greve dos bancários, por exemplo).

Nesta direção, outra questão chave é a ligação da campanha petista para a prefeitura com a campanha salarial unificada que está sendo encaminhada pela CUT - questão aprovada no Encontro da Capital.

Porto Alegre

O que pinta de novo, é a força do povo

É a arrancada da campanha do PT à prefeitura de Porto Alegre: organizar os trabalhadores e o povo para a conquista de seus interesses.



Começa a arrancar a campanha do PT em Porto Alegre. Em pesquisa realizada recentemente, o candidato do PT está em quarto lugar, com uma preferência de 3,4% do eleitorado (numa mais nova, publicada esta semana a preferência já está em 4,2%), enquanto o PT tem a preferência de 6% dos eleitores. Pode parecer uma baixa porcentagem, até mesmo considerando o fato de que o PT em 82 obteve 4,7% dos votos em Porto Alegre. Contudo, em documento publicado pela Coordenação da Campanha transparece com maior clareza o que dizem os números. Os candidatos do PMDB e do PDT (Carrion e Colares, respectivamente) têm mais preferência do que a depositada em seus partidos, o inverso do que ocorre com o PT. No caso do PDT isto se torna gritante: Colares tem 42% da preferência, enquanto o PDT conta com apenas 13%. Ou seja, o partido é uma camisa de força para o candidato.

Contudo, o fato mais importante e que não é destacado pela imprensa é o de que, nesta pesquisa, 58% dos eleitores não haviam definido sua escolha. Isto é, mais da metade dos eleitores encontra-se ainda sem definição. A avaliação da Coordenação é a de que estes eleitores ainda não optaram por pretenderem escolher um novo caminho, rejeitando as alternativas representadas pelo candidato da "Nova República" ou o representante do carcomido brizolismo. É importante notar que a prefeitura de Porto Alegre atualmente se encontra nas mãos do PDS, o que confere uma maior importância à alternativa apresentada pelo PT.

Além disto, ainda segundo o documento "seriam os PCs que poderiam concorrer nesta faixa (do PT), por seu discurso a favor do socialismo. Mas, o eleitorado já pode conferir a política destes partidos: adesão e submissão completa à Aliança Democrática, apesar da política de fechamento de espaços promovidas por estes partidos (da AD)".

Construir a campanha construindo o PT

A partir da compreensão de que uma pesquisa pode indicar quando muito uma tendência, e de que também não são frações de por-

centagem os objetivos do PT, a campanha já adquire um ritmo mais firme. Com a saída do programa dos 13 pontos (publicado em nossa edição passada) e a confecções do material de campanha, bem como com o início da propaganda nas televisões e rádios, o partido encontra-se em melhores condições de se dirigir ao eleitorado. Uma das preocupações fundamentais da campanha é de trabalhar ao mesmo tempo com os problemas concretos vividos pela população, apresentando alternativas que visem o benefício da maioria explorada e oprimida, ligando estes problemas às grandes questões nacionais, clareando para a população que os problemas do município só podem ter uma solução realmente de fundo com a resolução dos grandes problemas nacionais. Neste sentido, a campanha do PT também se pauta pela denúncia da política econômica de submissão ao FMI da "Nova República", das idas e vindas do governo Sarney.

Além disto, para que fique clara qual a posição do partido frente ao candidato do PDT e ao seu partido, o candidato Raul Pont tem denunciado constantemente a "balaia de gatos" que é o PDT, reunindo desde setores que até há pouco apoiavam o regime militar (como o candidato à Prefeitura de São Paulo Ademar de Barros ou à de Curitiba) ou ainda notórios corruptos (como o candidato à prefeitura em Belo Horizonte), fazendo o mais amplo leque de alianças (do PDS ao PMDB) tudo com a finalidade de garantir o projeto personalista de Leonel Brizola.

Com estes eixos de campanha, o PT também compreende a fundamental necessidade de se construir enquanto trabalha por seus candidatos. Desta forma, a formação de cada comitê de campanha (seja num bairro ou em uma empresa ou ainda em uma escola) representa na realidade a criação de um instrumento permanente de organização dos trabalhadores, para garantir o avanço da luta da população, para garantir a cobrança das promessas ou, no caso da vitória do PT, para se transformarem em efetivos organismos de fiscalização e controle do trabalho do partido na prefeitura.

Belo Horizonte

PT se fortalece no movimento popular e na juventude

A campanha petista para a prefeitura está crescendo. No entanto, o deputado Luis Dulce e seu grupo continuam a se colocar contra o partido e a fazer oposição à candidatura escolhida pela convenção.

A campanha do PT para a prefeitura de Belo Horizonte está esquentando. Vem se desenvolvendo nos bairros da periferia da cidade, especialmente na região de Venda Nova, do Barreiro (região limítrofe com o distrito industrial de Contagem) e do Pindorama. Está forte nos colégios do 2º grau, principalmente nos cursos noturnos. Começa a crescer no movimento sindical, ligando-se aos processos de luta que têm ocorrido: as greves dos bancários e dos motoristas, a campanha salarial dos metalúrgicos, a eleição sindical da construção civil. Começaram a funcionar os comitês eleitorais nas universidades, a UFMG e a PUC.

No último sábado, campanha petista produziu um evento expressivo: a manifestação ecológica "bota verde no asfalto", na qual cerca de 500 pessoas percorreram o centro da cidade com alegorias. Finalmente, os programas de televisão começaram com boa receptividade. São três tipos de programas: sobre problemas urbanos, de denúncia global da "Nova República" (de-

nunciando a submissão às políticas do FMI, a continuidade, com mudanças, da repressão ao movimento popular, etc), e de divulgação da proposta do PT.

O maior problema que a campanha petista está enfrentando é a inexplicável posição de uma parte do partido, liderada pelo deputado Luis Dulce. Este setor apoiou a candidatura do deputado Mares Guia, e não soube respeitar a decisão democrática da convenção que escolheu Virgílio Guimarães (é importante registrar que esta é a situação apenas de uma parte dos que foram apoiadores de Mares Guia; muitos companheiros que tiveram esta posição estão participando da campanha petista). Mares Guia, aliás, vem tendo grande destaque nos programas eleitorais do PMDB.

O grupo de Luis Dulce vem tendo várias atitudes inadmissíveis: Dulce várias vezes atacou publicamente o candidato do PT, inclusive em uma entrevista publicada no Boletim Nacional do PT; seu grupo não apenas não participa da campanha, como mantém a

sede estadual do partido fechada para ela. E, pior de tudo, marcou uma pré-convenção estadual do PT para 13 de outubro. Esta é uma atitude politicamente escandalosa: tem o evidente objetivo de dificultar o andamento da campanha do partido à prefeitura. Além disso, descumpra uma deliberação explícita do Diretório Nacional (que determinou que nenhuma convenção poderia ser realizada entre os meses de setembro e novembro).

No Boletim Nacional do PT, Lula, contrapondo-se às declarações de Luis Dulce, considerou importante "assinalar o caráter aberto e democrático da Convenção que escolheu legitimamente Virgílio Guimarães candidato do partido à prefeitura de Belo Horizonte. Decisão esta não acatada por Mares Guia". O que todos os que se empenham no fortalecimento do PT esperam é que Luis Dulce e seu grupo reflitam sobre estas verdades elementares e se incorporem à campanha do PT em Belo Horizonte, deixando de colocar seus interesses particulares mesquinhos acima dos interesses gerais do partido.

A luta no campo e o apoio das cidades

Isaac Akcelrud

Um dos acontecimentos mais importantes e promissores da atualidade brasileira — senão o de maior significado, pois seu peso político deve crescer com os próximos desenvolvimentos — não foi sequer registrado pela grande imprensa. Seja por falta de sensibilidade política, sonegação deliberada de informação ou as duas coisas juntas, os jornais burgueses esconderam ou ignoraram a declaração conjunta da Central Única dos Trabalhadores e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, convocando operários e camponeses para a luta comum pela reforma agrária.

Está na cara que não se trata dum encontro acidental. Nem foi coincidência ocasional ou apenas momentâneo acordo tático de curta duração. As duas grandes organizações de trabalhadores convergiram para a ação comum, continuada e permanente, em função dos interesses de classe que representam e encarnam. Ambas mantêm a mesma independência ante as pressões e ameaças, as manobras e engodos, os arreganhos e o maquiavelismo do governo e dos patrões. À medida que elaboram sua própria experiência, localizam e identificam os pontos de contato, as áreas de coincidência e as faixas de ação comum. A tendência lógica e inevitável vai no rumo duma articulação cada vez maior e mais completa.

Pão e terra

As lutas no campo e na cidade têm sido separadas e isoladas umas das outras. Agora, pela primeira vez, formou-se uma possibilidade concreta de unidade de ação dos Sem Terra com os peões das fábricas — um reforço mútuo que eleva o nível da ação sindical e se traduz em maior auto-confiança política nas fábricas e nas lavouras. É a aliança operário-camponesa em marcha.

Alinham-se juntas, em setembro corrente, as campanhas salariais deste final de ano e a movimentação em torno da data-limite para a decretação do Plano Nacional de Reforma Agrária. Um agente involuntário desse cronograma, por ironia da luta de classes, foi a “comunidade de informações”, o governo secreto que exerce o poder de veto sobre o governo aparente. Os ministros Nelson Ribeiro e Almir Pazzianotto foram submetidos a um processo de adiamentos em série que desembocaram em setembro. Mais de dez projetos sucessivos de lei de greve foram rejeitados pelo SNI, informa o analista político Jânio de Freitas (**Folha de S. Paulo**, 31.08.85). Adiado e protelado da mesma forma, o projeto agrário oficial foi posto em quarentena e os funcionários de Nelson Ribeiro, inibidos e sob suspeita, passaram a ser “avaliados” pelo SNI a “pedido” do ministro.

As campanhas salariais já praticamente lançadas exprimem o novo teor das lutas em todo o país. A reforma agrária é item inseparável das pautas de reivindicações de norte a sul. As manifestações camponesas se irradiam para as cidades, a exemplo dos acampamentos do Largo de São Francisco, no



Ocupações: a luta coletiva pela posse da terra

Rio, e do Ibirapuera, em São Paulo. Os Sem Terra rompem o isolamento e quebram a solidão dos campos ignorados. Ganham espaço nos jornais sindicais, tempo e audiência nas assembleias operárias. A campanha salarial dos cortadores de cana de Pernambuco incluí a desapropriação de 300 mil hectares da zona canavieira. Pão e terra, uma só luta.

Desmilitarizar a política agrária

Nada disso surgiu de estalo. É um processo que vem de longe. Lançou raízes nas camadas mais profundas do povo. Floresceu entre os bóias-frias e no seio das aglomerações dos pobres da cidade que são, na maioria, camponeses enxotados dos latifúndios. Germinou no interior das fazendas e junto ao arame farpado em torno das imensidões das terras paradas. E se manifesta com crescente clareza e desenvoltura inclusive nas tribunas preparadas para o governo, como é exemplo o 4º Congresso dos Trabalhadores Rurais (Brasília, 25/30/85). Convocado pela Contag atrelado ao Ministério do Trabalho e manipulado desde a escolha de delegados, o objetivo desse congresso era consagrar o projeto oficial de reforma agrária como arrancada do pacto social. Nunca tantos ministros falaram tanto para dizer tão pouco. Foram horas e horas de demagogia. Tudo montado para esmagar a minoria de menos de mil delegados independentes e combativos num plenário de 4.500 votantes. Não adiantou. Destacam-se do conjunto de dezenas de resoluções e recomendações aquelas que contradizem frontalmente as limitações, objetivos e a própria concepção de reforma agrária do governo. O Congresso exigiu o que nenhum ministro teve a coragem de propor — tirar o problema da terra da órbita do Conselho de Segurança Nacional, desmilitarizar a política agrária, acabar com a interferência dos órgãos de repressão, extinguir o Getat e o Gebam.

Toda a máquina do governo martela na mesma tecla em defesa do latifúndio: proibição e repressão da ocupação

de terras pelos camponeses, desapropriação só de terras inativas, mesmo assim parcialmente e em contagotas. O 4º Congresso exigiu exatamente o contrário: “... organizar os trabalhadores para ocupar de forma coletiva as terras públicas, as terras inexploradas, as terras das empresas rurais”. Reitera e insiste “que seja incentivada na ocupação das terras sua exploração coletiva” e que se providencie com antecedência dinheiro e mantimentos para aguentar até a colheita da safra. Adverte que as ocupações devem ser apoiadas por todo o movimento sindical, procurando “sensibilizar a opinião pública para a necessidade de terra para os trabalhadores rurais”. Não se limitou a pedir a proibição dos despejos. Decidiu “intensificar a luta coletiva pela defesa da posse como a forma mais eficaz de garantir o posseiro na terra e evitar os despejos em massa.” Portanto, “os trabalhadores devem se organizar e mobilizar para defender coletivamente suas terras e denunciar as arbitrariedades que vêm sofrendo”. Defesa ativa é a regra.

Não à “modernização capitalista”

Nem mesmo a complacente Contag conseguiu ao menos a neutralidade do Congresso para o proclamado objetivo do governo de “modernização capitalista” do campo. Os segmentos mais avançados do campesinato arrebataram os votos majoritários em favor da exploração coletiva e das reivindicações francas e abertas contra o capital, refletindo a generalizada resistência à concentração fundiária em proveito das multinacionais, dos banqueiros e da insaciável burguesia rural. Foi por isto que o Congresso pediu “o fim da política de incentivos e créditos aos grandes projetos agropecuários” e declarou que “os incentivos e isenções fiscais bem como os chamados programas especiais devem desaparecer”. A empresa capitalista é o alvo da exigência de “desapropriação imediata das grandes propriedades ocupadas por parceiros e arrendatários, tradicionais produtores de alimentos e que estão

sendo expulsos e substituídos pela grande produção voltada para o mercado externo e pela expansão dos canaviais para a produção de álcool carburante ou pelas empresas de reflorestamento”.

O destino previsto para as áreas de monocultivo como a cana exclui sem contemplação a iniciativa privada e o controle capitalista, determinado que: 1) — o atual cultivo de cana ou outras monoculturas será mantido apenas nas áreas de garantida alta produtividade; 2) — as áreas serão assumidas pelos trabalhadores através de organizações democráticas de produção sob seu controle; 3) — as terras não serão divididas, a propriedade será de todos através da organização democrática de produção; 4) — cada trabalhador disporá de terra para plantar o que quiser mas não poderá vender seu lote.

Um autêntico programa agrário

É claro que a Contag já arquivou essas resoluções e projetos no que chama cinicamente de “recuo tático”. O que importa e é decisivo é a definição de itens dum programa agrário elaborado pelos próprios camponeses, passando por cima duma liderança obsoleta, sua burocracia e seus rábulas. O Congresso dos Sem Terra, em Curitiba, os diversos encontros regionais, as assembleias de milhares para avaliar criticamente o plano do governo, os debates a céu aberto nas grandes concentrações junto aos latifundiários, estas resoluções que furaram o bloqueio do 4º Congresso oferecem farto material para estruturar um autêntico programa agrário capaz de exprimir a experiência e as aspirações das massas de milhões de trabalhadores rurais. É o instrumento que faltava às lideranças camponesas para organizar as lutas no campo com uma perspectiva política autônoma. O programa agrário é a dimensão que faltava ao movimento operário urbano. Não uma bolação de sabichão de gabinete. Mas o fruto da confluência e interação das lutas na cidade e no campo.

Em resumo: a viva e atuante aliança operário-camponesa.

CUT Belo Horizonte

Realizado 1.º Encontro de Mulheres trabalhadoras

Em Minas Gerais começam a ser dados os primeiros passos rumo ao rompimento do isolamento que existe entre o movimento de mulheres e o movimento sindical. Realizado no dia 25 de agosto, o 1.º Encontro de Mulheres Trabalhadoras, da CUT-BH, surpreendeu a todas as avaliações pela sua representatividade. Durante todo o domingo, estiveram reunidas 130 mulheres, entre marceneiras, metalúrgicas, professoras, bancárias, comerciárias, funcionárias públicas (inclusive algumas grevistas da Previdência), donas-de-casa, psicólogas, entre outras categorias.

Um importante marco

Resultado na verdade do esforço de algumas companheiras, o Encontro certamente foi um importante marco, que abrirá espaço para a consolidação de um movimento feminista e sindical capaz de mobilizar mulheres e homens na luta contra a opressão e a exploração das trabalhadoras, e por uma sociedade socialista.

A proposta da realização do Encontro surgiu no 1.º Congresso Estadual da

CUT, de abril deste ano. Em seu documento de contribuição ao CECUT o Sindicato dos Marceneiros propunha que "a exemplo de São Paulo, a CUT organizasse um encontro de mulheres trabalhadoras". Discutida em alguns grupos, a idéia não chegou a ser votada em plenário, mas recebeu o apoio de mais de 50 mulheres, que se reuniram no intervalo do almoço e formaram uma comissão que se dispunha a levá-la à frente.

Aprovado na diretoria da CUT Metropolitana, o Encontro foi organizado pela comissão composta no CECUT, recebendo contribuições das diretorias dos sindicatos, da CUT estadual e mesmo da entidade promotora.

As propostas do Encontro, que teve um caráter indicativo, serão levadas à aprovação do próximo Congresso Metropolitano da Central Única dos Trabalhadores, marcado para os dias 21 e 22 de setembro. Os temas debatidos foram: a conjuntura nacional, a opressão feminina, a discriminação da mulher no trabalho e as formas de organização.

As resoluções

Entre as principais resoluções do 1.º Encontro de Mulheres Trabalhadoras, foi reafirmado o programa básico da CUT, como: oposição ao Governo Sarney, Assembléia Constituinte Livre, Soberana e Democrática Já, Fora o FMI e não pagamento da dívida externa; Reforma Agrária ampla, massiva e radical, sob controle dos trabalhadores. O encontro decidiu também denunciar a forma autoritária e anti-democrática com que o governo Sarney está criando o Conselho Nacional da Condição Feminina e se posicionou contra a participação da CUT neste Conselho.

Foi aprovada uma moção contra o apartheid na África do Sul e decidida a participação na jornada inter-continental contra o pagamento da dívida externa que será realizada dia 23 de outubro.

Outros pontos ali aprovados:

— Legalização do aborto, que deve ser livre e gratuito, com acompanha-

mento médico e financiado pelo governo;

— Formação de grupos de discussão sobre a sexualidade feminina nos sindicatos, promoção de seminários e debates, cursos sobre a questão;

— Promoção de um Tribunal Bertha Lutz sobre a discriminação da mulher no trabalho;

— Creches nos locais de trabalho e moradia, sustentada pelos patrões e pelo governo e fiscalizadas pela comunidade;

— Salário igual, trabalho igual, contra discriminação das mulheres grávidas, casadas, e negras no trabalho;

— O movimento de mulheres e a CUT devem participar da fiscalização do projeto e da implantação da Delegacia de Mulheres que está sendo criada em Belo Horizonte;

— Criação de formas de organização e luta contra a discriminação feminina em todos os sindicatos e oposições sindicais;

— Criação da Secretaria de Mulheres da CUT-BH, com a participação de representantes das várias categorias.

PRETO NO BRANCO



O Trabalho

Nova postura no PT

Agora que o setor identificado com a revista "O Trabalho" foi impedido de continuar na "Articulação dos 113", sua maneira de tratar as questões do PT mudou muito. A edição de setembro da revista traz um artigo de Glauco Arbix sobre o Encontro estadual de São Paulo ("Apesar da crise, o PT está vivo") onde, ao contrário do que ocorria nos comentários de Encontros anteriores (quando "O Trabalho" se destacava no combate sem trêguas aos setores mais à esquerda do PT e na defesa a mais incondicional dos "113") o centro é a crítica à direção da Articulação dos 113, especialmente à antiga Executiva Estadual.

O tema central levantado por "O Trabalho" - a crítica aos métodos de direção que prevaleciam no PT paulista, marginalizando todas as correntes que não participavam da articulação majoritária - tem inegavelmente uma base real.

Contudo, "O Trabalho" peca por

analisar o Encontro quase que exclusivamente sob este ponto de vista, não dando a importância devida ao enorme avanço político que representaram as posições aprovadas. (ver artigo na página 4). E além disso, a análise feita da "articulação dos 113" é prá lá de simplista: para "O Trabalho", é um caso de "bases boas" e "direção má".

Assim, diz o artigo: "as bases do nosso partido deram prova de vitalidade" (...) "se é verdade que as bases expressaram um sentimento justo de atacar os problemas de frente, o mesmo não se pode dizer da direção que terminava o seu mandato, em especial da Executiva Estadual". E: "sua intervenção (de Rui Falcão, chamado de "Lobo em pele de cordeiro") foi exemplar dos métodos autoritários utilizados pela cúpula da Articulação".

Querer entender a "articulação dos 113" na base de "bases boas" x "direção má", além de dar uma visão errada da questão, introduz um tom sectário.

Voz da Unidade

Algo menos que uma Constituinte

No editorial de seu número 266 a Voz espera que a vitória dos "candidatos democratas" nas eleições das prefeituras "reforçará a base institucional e de massas para que tenhamos em 1986 algo mais que um congresso com poderes constituintes". Ótimo, a Voz se aproxima da luta pela convocação da Assembléia Constituinte Soberana e Democrática, que seguramente é "algo mais" que um congresso com poderes constituintes. A contradição é que para criar a "base institucional e de massas" os candidatos democratas deverão ser os vencedores, ou seja, os candidatos que apóiam a Aliança Democrática. Acontece que quem não quer convocar "algo mais" que o congresso com poderes constituintes é a própria

Aliança Democrática. Logo, com a política defendida pela Voz, ficaremos com "algo menos" que uma Constituinte Soberana e Democrática.

Este número também traz uma declaração de direção nacional do PCB em solidariedade aos bancários e lançando acusações aos banqueiros.

Já o banqueiro Teófilo Azeredo Santos disse ter saudades do tempo em que as negociações entre patrões e empregados eram feitas com os dirigentes do "Partidão". O jornal Zero Hora, de Porto Alegre afirma que "... segundo o veterano banqueiro, tudo se resolvia sem maiores traumas para ambos os lados. Agora, com o PT, tudo é mais difícil por causa da intransigência e irreductibilidade dos bancários".

Tribuna Operária

Apoio a Funaro, crítica a Fidel

No editorial do nº 234, a Tribuna considerou a greve dos bancários justa.

Detectaram uma situação delicada para o governo, que "...sofre uma pressão violenta dos banqueiros-setor tradicionalmente reacínario, sempre avesso aos movimentos trabalhistas, que ocupa posições-chave no aparelho estatal".

Mas quem foi que apoiou a ampla articulação de classe, burguesa, que no Colégio Eleitoral chegou ao governo? Ao que nos consta, as posições-chave já estavam ocupadas por esse setor desde a campanha "Tancredo/Sarney, entusiasticamente apoiada pela Tribuna.

Talvez não apenas o governo Sarney esteja em uma situação delicada, mas também alguns de seus apoiadores, que devem estar com dificuldades para explicar aos bancários porque apoiaram (e apóiam) esse governo onde os banqueiros têm tanta importância.

Mas adiante o editorial concorda com o ponto de vista do empresário-ministro Funaro de que a "...reposição dos salários não pode ser em tempo muito curto". Afirma o editorial que "...é um ponto de vista razoável, em tese". Há uma curiosa nota sobre o "crescimento da dívida externa cubana". A nota conclui afirmando que "...Isso ocorre no mesmo momento em que o principal dirigente cubano, Fidel Castro, alardeia a salvação do FMI e dos bancos internacionais para que eles possam 'emprestar mais' aos países credores...". ??? Será que a Tribuna sabe dos Encontros contra a dívida externa realizados em Havana? Será que a Tribuna sabe o que acontecerá no dia 23 de outubro, em todo o nosso continente?

Se não souberem, leiam a matéria da página 16.

A "comunidade de informações" e a "Nova República"

Torturadores impunes, repressão atuante

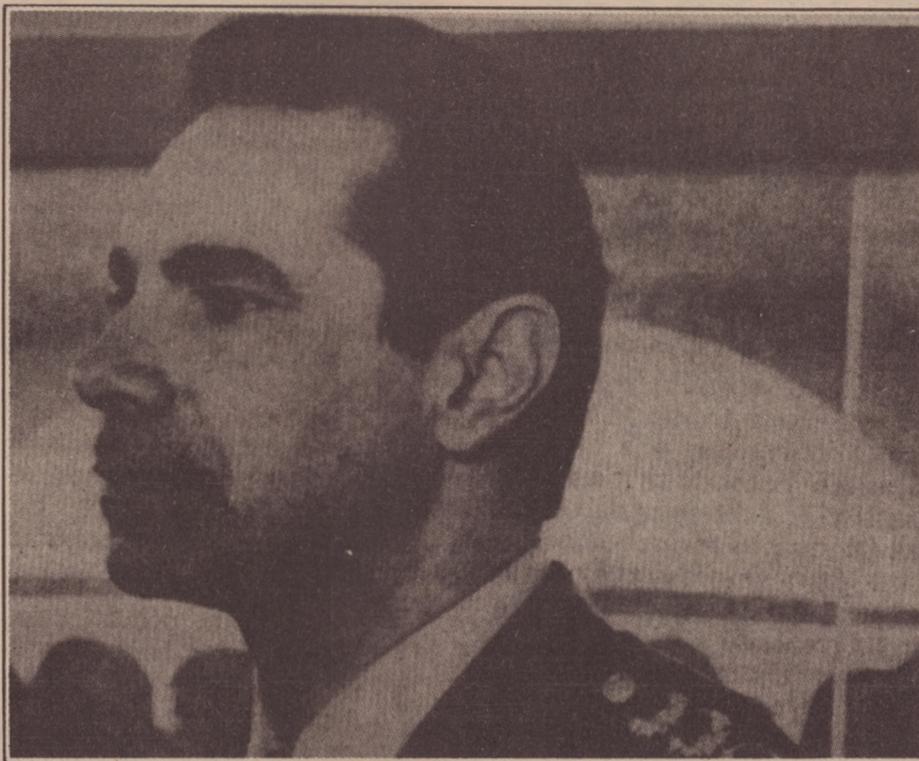
O encontro da deputada Bete Mendes com o seu torturador, o adido militar da embaixada brasileira no Uruguai, Coronel Brilhante Ustra (Major "Tibiriçá" trouxe para as manchetes os crimes cometidos pela ditadura e a necessidade da punição dos responsáveis por eles.

A "Nova República" fez um grande esforço para acobertar a "ponta do iceberg" jogando tudo para abafar o caso.

Mas a iminente indicição de ex-chefe da agência central do SNI, general Newton Cruz, por responsabilidade em três homicídios mantém no noticiário os métodos de ação do aparato repressivo.

Aparato que continua funcionando, intocado e presente no governo e nas suas decisões. Convivendo com ele, a "Nova República" tem medo de enfrentá-lo. Medo de esclarecer os crimes cometidos pelo regime anterior, crimes que estão já documentados em livros como o "Brasil: Nunca Mais", recentemente publicado.

A transição conservadora se apóia num pacto com os militares para que nada seja esclarecido. Antigos torturadores estão atuantes, impunes. E zelando pela estabilidade da "Nova República" o SNI acompanha todos os passos do movimento popular no país, coordenando a sua repressão. O preço que o PMDB no poder paga por esse



Coronel Ustra ("Tibiriçá"): de torturador a adido militar

"serviço" é o silêncio e a convivência com o passado.

O gigantesco aparato repressivo

Nos vinte e um anos de ditadura militar a doutrina "da segurança nacio-

nal" justificou a escuta, a espionagem, a perseguição aos opositores do regime. Muitos foram presos, torturados, assassinados ou "desaparecidos".

Toda a sociedade brasileira foi colocada sob suspeita, todo o povo colocado sob a ameaça do terror. Daí o crescimento do amplo aparato de repressão policial-militar.

Denúncias feitas em 1980 aponta-

vam como envolvidas com o trabalho sistemático deste aparato cerca de 250 mil pessoas.

O centro desta vasta rede de espionagem, "informação" e repressão é o Serviço Nacional de Informações (SNI). O seu órgão executivo, sediado em Brasília, ocupa um vasto prédio de cinco andares. Liga-se às agências estaduais e municipais, centralizando e coordenando as informações que fluem pelo país. O seu chefe é ministro de estado e o seu gabinete fica ao lado do gabinete do presidente da república.

Cada ministério das Forças Armadas e o próprio Estado-Maior tem o seu organismo de informação. Cada ministério civil tem sua divisão de segurança e informações.

Subordinada ao Ministério da Justiça, a Polícia Federal, com suas inúmeras agências espalhadas por todo o território nacional, mantém contato com os serviços secretos das polícias estaduais e com as secretarias de segurança de cada estado.

O desmantelamento do aparato de repressão

É impossível a existência de uma democracia com todo esse aparato funcionando. E toda a pressão contra o esclarecimento dos desaparecimentos, contra a punição dos torturadores tem por finalidade resguardar esse aparato. A postura da "Nova República" esclarece o seu caráter.

EM TEMPO se soma a todos os que lutam para que a justiça se faça e para que os aparelhos repressivos sejam desmantelados.

O listão dos torturadores e o aparato repressivo

EM TEMPO entrevistou o deputado federal José Genoíno Neto do PT-SP, que leu o listão dos torturadores no Congresso.

A leitura da lista dos 233 torturadores apontados por vários presos políticos (publicado no EM TEMPO n.º 17) teve grande repercussão no Congresso. A mesa da Câmara não permitiu a transcrição do listão para os anais do Congresso e chegou a haver uma correria para o setor de taquigrafia para pegar a lista.

Genoíno justificou o seu pronunciamento considerando que a leitura do listão e a exigência da punição dos torturadores são parte da luta contra a tortura e pelos direitos humanos. E por ser um dos presos políticos que assinavam a lista não poderia agora, como deputado, se furtar a divulgá-la. Inclusive porque na ocasião de sua publicação o jornal EM TEMPO foi apreendido pela ditadura.

No dia seguinte o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, foi chamado ao Palácio do Planalto para responder ao pronunciamento do deputado petista. A resposta do PMDB colocava a lista como "exagerada" e que sua divulgação era inconveniente. Pimenta da Veiga propôs uma "amnésia" em relação ao passado.

Solidariedade pública o parlamentar só recebeu do PT e do deputado Jacques Dornelles, do PDT-RJ.

O aparato repressivo: intacto e reciclado

Toda a preocupação governamental

em responder a denúncia feita por Genoíno está relacionada com a própria continuidade do aparato repressivo.

Segundo Genoíno é voz corrente, até mesmo entre pessoas do governo, que esse aparato está intacto. Nada mudou. O SNI, o DOI-CODI, o CENIMAR, o CISA continuam. Nem mesmo as assessorias de segurança e informação dos ministérios e das estatais a "Nova República" desativou.

Nas greves dos bancários e dos metalúrgicos ficou claro o papel da "comunidade de informações": a última palavra sempre foi dada pelo SNI.

Não há reunião do governo que não tenha a participação do SNI. O aparato repressivo, além de intacto, está atuando a todo vapor. Reciclado e adaptado à "Nova República": não reprime diretamente, mas espiona, faz relatório reservado, influencia e participa ativamente das decisões do governo.

Genoíno cita a atuação do SNI na questão da reforma agrária como um bom exemplo: circulou no Congresso um Documento Reservado, preparado e articulado pelo SNI, que é um contra-plano da reforma agrária, contra-plano alternativo ao apresentado pelo Ministério da Reforma Agrária.

E é bom lembrar que o GETAT também não foi extinto e continua a "militarizar" a questão agrária.

"Que a justiça seja feita"

Publicamos um trecho do discurso feito pela líder do PT na Câmara Municipal de Belo Horizonte, Helena Greco. Nesse discurso ela aponta os torturadores de Minas Gerais.

"Hoje, 28 de agosto, a lei de anistia parcial está fazendo seis anos. De lá para cá, a tortura e a repressão continuam se fazendo presentes no dia-a-dia da população, principalmente sobre os mais pobres. São instrumentos de que se serve o regime para amedrontar e intimidar o povo, já acuado pelo desemprego, pelo arrocho e pelas péssimas condições de vida.

A nosso ver, não é por acaso que a tortura continua como uma prática institucionalizada nas delegacias. Isso se deve à manutenção do formidável aparelho repressivo montado nesses últimos 21 anos e principalmente à impunidade e até reforço com que foram contemplados os torturadores e assassinos de presos políticos durante o regime militar, durante o qual 256 pessoas foram mortas ou "desaparecidas" nas mãos da repressão e um sem número delas foi vítima de maus tratos.

Hoje, portanto, aniversário da anistia parcial, reafirmamos a nossa luta pelo fim radical e absoluto das torturas e a necessidade de denunciá-las por todos os meios possíveis.

Não queremos revanches nem vinganças. Aplicar a esses criminosos a mesma força cega e desumana que eles utilizaram e utilizam contra um ser hu-



Helena Greco: discurso aponta torturadores mineiros

mano, seria trair os princípios de liberdade e justiça que devem fundamentar a democracia pela qual lutamos.

Nosso propósito é que a justiça seja feita, para que possamos erradicar, de uma vez por todas, esta prática vergonhosa. Só assim se criará a consciência coletiva capaz de eliminar para sempre a ameaça do terror erigido em método de governo e em prática cotidiana".



Tortura nunca mais:
é necessário punir os responsáveis

Em 28 de agosto de 1979 o governo derrotando no Congresso o projeto de anistia ampla, geral e irrestrita aprova o projeto de Figueiredo: uma anistia limitada, restrita, condicionada e prioritariamente para os aparelhos de repressão policial-política. É uma farsa.

Anistia para os perseguidores

Para os perseguidores o governo foi generoso. Ele introduziu um artigo em sua lei, que inclui no benefício dela os crimes "conexos". As torturas, os desaparecimentos, os assassinatos feitos pelos órgãos de repressão contra os perseguidos políticos são crimes "conexos" aos crimes políticos, na compreensão do projeto de Figueiredo. Para os militares e policiais torturadores, para os aparelhos de repressão, a anistia foi ampla, geral e irrestrita.

As novas formas da luta pela anistia

(...) Depois de 1979 continuamos com o CBA ainda por 2 anos. Com a nova conjuntura que se abriu, muitos companheiros que faziam parte do movimento de anistia tiveram outras prioridades políticas. Continuaram apenas os advogados que prestavam assessoria, os familiares dos desaparecidos e mortos.

Iniciamos uma novo tipo de atividade. Nós não tínhamos mais uma intervenção política de massas na sociedade e passamos a ter uma intervenção massiva ao nível do Judiciário. Começamos a abrir processos. Abrimos o processo de Olavo Hansen, o processo dos militares cassados não anistiados, o processo dos desaparecidos do Araguaia etc.

O governo colocou na sua lei de anistia dois artigos que visariam, teoricamente, atender aos familiares dos desaparecidos: as famílias teriam o direito de recorrer ao Judiciário para obter o atestado de óbito do parente. Esses atestados trazem escrito a razão do óbito: "desaparecido político". Esses documentos comprovam, pela primeira vez, que uma pessoa é "desaparecida" por motivos políticos. Passamos a

usar esses atestados para formar processos contra o DOI-CODI, contra os órgãos de segurança.

(...) Uma grande dificuldade às ações judiciais é a existência de uma lei, de 1932, que diz que prescreve-se o direito de ação contra a União em cinco anos, a contar da data do fato. Essa lei, possibilita à União responder às nossas ações dizendo que não discutia nem o mérito da alegação, já que existia um impedimento legal.

A "Nova República" e o pacto do medo

(...) A "Nova República" poderia mudar essa situação. Quem teve força para eleger Tancredo no Colégio Eleitoral tem força para mandar uma lei para a Câmara que altere essa questão de prescrição. Não o faz porque tem medo. Existe um acordo, feito com os setores militares que estavam no governo Figueiredo, de não abrir nenhuma possibilidade de algum militar ser chamado a responder judicialmente por seus atos. O governo Sarney tem medo de mudar.

Onde estão os torturadores?

(...) Em uma reunião do governo do Brizola, no Palácio, o secretário de transporte, deputado Brandão Monteiro, dá de cara com o seu torturador. Chama o governador de lado e lhe diz que estava perante o sujeito que o torturou na PE, no Rio de Janeiro. O governador o aconselha a ficar quieto até que seja dada uma solução. Brandão Monteiro, com o passar do tempo, pressiona o governador ("o torturado fui eu"), ameaçando fazer a denúncia publicamente. Só aí foi feito um rearranjo: o torturador saiu do cargo de confiança que tinha, a nível de secretário de estado passando para a cúpula da polícia. Continua na cúpula da mesma forma.

Já o Exército mandou os militares que estavam mais conhecidos como torturadores para o exterior, como fizeram com o Coronel Ustra. Ele foi para o Uruguai ser adido militar. Um adido militar em um governo de doutrina

A impunidade gera a reincidência

Os torturadores estão soltos e atuantes. A "comunidade de informações" ativa e computadorizando depoimentos de presos políticos. Luís Eduardo Greenhalgh, presidente do histórico Comitê Brasileiro pela Anistia, afirma que a nossa luta não terminou. A seguir, os principais trechos de uma longa conversa com EM TEMPO.

de segurança nacional é, fundamentalmente, o chefe do setor de informações e operações do Brasil no Uruguai. Deve estar entrando em contato com as forças de segurança do Uruguai, da Argentina, do Paraguai, articulando o Cone Sul.

Esse coronel foi uma dos maiores toturadores do Brasil. Ele foi comandante do DOI-CODI e sabe muitas coisas sobre os desaparecidos, sobre a morte de Alexandre Vannuchi Leme, de Paulo Stuart Wright, entre outros.

A Bete Mendes, em uma recepção na embaixada brasileira no Uruguai, encontra-se com esse coronel. Faz uma carta relatando isso ao presidente, carta que é divulgada na imprensa por iniciativa do Palácio do Planalto. O ministro do Exército, 4 ou 5 dias depois, manda um boletim reservado a todos os quartéis do Brasil com um ato formal de desagravo do que ele considera injúrias que estariam sendo feitas a esse coronel. Com isso, a instituição passa a assumir a defesa desse torturador.

A pressão é tanta que no final Bete Mendes é obrigada a, de público, em um discurso na Câmara, dizer que para ela o caso está encerrado, que ela já esqueceu, que a anistia tem mão dupla, que não vai mais tocar no assunto. A vítima é obrigada a anistiar o seu torturador.

Uma lição fica, no entanto. Pode ser possível defender esse pessoal um tempo, talvez uma parte dele durante o tempo todo, mas não vai ser possível defender esse pessoal o tempo todo. Isso só será possível se matarem todos os familiares dos desaparecidos e dos mortos, se materem os não anistiados.

A continuidade da ação do aparato repressivo

(...) Participei, representando o CLAMOR, do encontro sobre o problema dos desaparecidos, patrocinado pela ONU e realizado na Argentina, onde levei uma denúncia extremamente grave. Temos recebido na Cúria, em São Paulo, denúncias sobre desaparecimento de presos comuns. Começamos a investigá-las e verificamos que nas delegacias de polícia onde estão hoje desaparecendo presos comuns, trabalha sempre um policial egresso do aparelho de repressão policial-político.

Em uma delegacia da Zona Leste, 50º DP, houve uma denúncia de desaparecimento. Indo lá, encontrei uma

testemunha que tinha vista o preso na cela. Como no caso dos presos políticos. Mas dei de cara com um delegado chamado Hélio Tavares, que foi delegado do DOPS. Vou à Liberdade, em uma delegacia onde havia desaparecido um preso: encontro dois investigadores que trabalharam no DOPS. E assim sucessivamente, na nona Norte, na zona Sul.

Outro dado importante é o fato de que todos os depoimentos de próprio punho obtidos no DOI-CODI, no Cenimar, no Cisa estão sendo computadorizados. Amanhã, por exemplo, uma pessoa é presa em Manaus e rapidamente a polícia terá à sua disposição todos os dados, processos e prisões anteriores.

Estamos caminhando com a fãca em nosso pescoço. Essa "Nova República" é uma farsa. Ela faz a mímica da democracia, não faz o exercício da democracia.

Tortura, nunca mais!

(...) As entidades de direitos humanos não vão ficar paradas. Não é por acaso que estão surgindo no Brasil os grupos "Tortura nunca mais". São grupos que têm o objetivo democrático de indicar, estado por estado, onde estão os torturadores hoje.

Em outubro vai ser realizada a primeira reunião nacional dos grupos "Tortura nunca mais".

A impunidade gera a reincidência. Uma pessoa que torturou e não é punida, volta, se puder, a torturar. Acabar com isso é um compromisso de luta.

Nessa luta temos que considerar o papel dos partidos políticos. Várias vezes Ulysses Guimarães e Teotônio Vilela disseram que no dia que o PMDB fosse poder, iam ampliar a lei de anistia, não iam deixar sem resposta a questão dos desaparecidos e que iam resgatar perante a história a memória dos mortos. Isso acabou.

Com a morte de Teotônio duas coisas morreram no PMDB: a primeira foi a moratória, a segunda foi a ampliação da lei de anistia. Hoje ninguém mais fala disso. Hoje quando falamos disso parece que nos olham com indignação, parece que querem que tenhamos amnésia forçada.

Só que não vamos esquecer. Não vamos esquecer até serem resolvidos esses casos.

Em julgamento os crimes da ditadura argentina

Videla, Viola, Lanusse, Massera no banco dos réus

Flávio Koutzii, ex-presos político da ditadura militar argentina, entrevistado por EM TEMPO, fala sobre o julgamento dos generais e o significado deste julgamento para a Argentina e para o Brasil.

— Como se chegou ao atual processo das juntas militares?

— Flávio: O processo das três juntas militares é o resultado evidente do colapso da Ditadura Militar que, especialmente depois da derrota desmoralizante nas Malvinas, combinou-se com uma importante mobilização dos setores democráticos. Abre-se então o processo eleitoral. Dentro dele houve duas correntes históricas fundamentais da Argentina: o peronismo e o radicalismo. Ambas, com características diferenciadas, tendo base popular e social. O peronismo é hegemônico pelos seus setores mais direitistas, e comprometidos em parte, inclusive, com o próprio processo militar. O radicalismo é encabeçado por um líder relativamente novo. Alfonsín, no sentido que no velho radicalismo nunca tinha sido hegemônico.

No Partido Radical ele representa o ascenso de um setor um pouco mais combativo e radicalizado. Um dos elementos-chaves da sua campanha são as denúncias do pacto entre os peronistas e os militares. Dizia que se os peronistas fossem vitoriosos, a questão dos 30 mil desaparecidos e a brutal agressão aos direitos humanos durante os 7 anos do processo militar seriam esquecidas. Essa foi uma das cartas essenciais da vitória de Alfonsín. Outro elemento chave foi a memória do povo argentino: nela estavam registrados não somente os desastrosos e inumanos 7 anos de governos militares, como também compreensão da responsabilidade do peronismo enquanto governo, ou seja, do peronismo dos anos 74/75 até março de 76, que havia dirigido o país abrindo as portas para o regime militar.

Desta forma, a eleição de Alfonsín é a sanção ao peronismo de direita e sanção aos militares, ao mesmo tempo. Daí o processo aos generais. Alfonsín defendeu esta perspectiva e ficou obrigado a responder às expectativas dos argentinos que votaram nele.

— Depois de eleito e durante esse período do governo, quais foram as atitudes do governo Alfonsín em relação à questão militar e em relação à chamada "guerra suja"?

— Flávio: É preciso compreender que Alfonsín, e com ele o Partido Radical, vai atuar permanentemente pressionado entre dois elementos. O primeiro, a necessidade de dar uma resposta à sociedade argentina, julgando, explicando e revelando tudo que havia passado nos anos de terrorismo de Estado. O segundo, a necessidade de pressionar as Forças Armadas e evitar que esses julgamentos de generais não se transformassem em um processo contra elas. Isto é evidente e tem a óbvia razão política de que Alfonsín quer aparecer nessa primeira etapa como democrático e progressista, mas absolutamente não se afastando de suas bases, da burguesia e de setores da classe média.

É neste quadro de pressões antagônicas e contraditórias que é preciso entender este processo, em que são tomadas uma série de medidas imediatas. No dia 15 de dezembro de 83 ele baixa um decre-

to pelo qual se afirma que devem ser julgadas as três primeiras juntas, deixando de fora a última, de Bignone, que passou o governo às suas mãos e que organizou as eleições. Ao estabelecer isso ele deixa claro no seu decreto que se trata do julgamento de pessoas das três juntas militares.

Aqueles que acompanham por jornais a crônica dos sucessivos testemunhos nos quais se alinharam centenas de nomes de oficiais intermediários das Forças Armadas, vão compreender a partir daí porque o decreto que organizou esse julgamento os exclui deste processo. Eles poderiam teoricamente ser processados em outro tribunal, em outra oportunidade, mas Alfonsín também pensou nisso e para evitar essa circunstância acrescentou no mesmo decreto o parágrafo que chamou o "princípio da obediência devida", que é aquele que antes mesmo do desenvolvimento do processo, considera toda atividade feita pelos subalternos dos principais responsáveis, como se devendo a sua obrigatoria obediência à ordem superior. Isto ficou muito claro. É uma espécie de anistia prévia a tudo o que possa aparecer ao nível dos processos. Com isso vai se compreendendo melhor a espécie de arquitetura complexa montada pelo Partido Radical e por Alfonsín, em particular: fazendo o julgamento limitando estritamente o seu alcance, tratando de responder à chamada da sociedade e à preocupação em preservar a instituição militar, simultaneamente.

O terceiro elemento que é preciso compreender e que faz parte da estratégia de Alfonsín para os direitos humanos desde o início: não conceder anistia.

— Por que não houve anistia? Há outros elementos na estratégia de Alfonsín?

— Flávio: A maior parte dos presos políticos (ainda existem presos políticos de esquerda e democratas nas prisões argentinas) alcançaram a sua liberdade através do seguinte mecanismo: a metade destes presos nunca foi julgada, eles estavam presos por um decreto do poder executivo, que só podia existir estando o país sob Estado de Sítio. A Argentina estava sob Estado de Sítio desde 74, sob o governo de Isabel Perón. No momento em que se levanta o Estado de Sítio para realizar as eleições em outubro de 83 a metade dos prisioneiros saiu da prisão, porque cessou esta razão.

Dada à grande arbitrariedade, o profundo e extremo rigor destas prisões, Alfonsín vai fazer com que a bancada Radical (também a Peronista votou), vote uma lei que considera que, dado às brutais condições no interior das prisões argentinas, cada dia de prisão valia por dois. Ao ser aprovado fez com que gente, que por exemplo, estivesse condenada a 12 anos e estivesse a 6 na prisão estaria com a pena cumprida. E aqueles que estivessem condenados a 18, tendo completado 2/3 da pena podiam sair através do uso da condicional. São mecanismos, todos eles profundamente azeitados e articulados, que fazem com que sem ter dado anistia ele esvaziou as prisões (ficaram apenas 14 presos políticos), diminuindo o



Em Buenos Aires, localizados corpos de desaparecidos.

impacto da campanha pela libertação desses prisioneiros. Ao mesmo tempo, dizia aos militares: aqui não tem anistia.

Além destes elementos que compõem a estratégia jurídico-político de Alfonsín, há um elemento que também compõe este quadro e vai ter uma influência importante quando o julgamento começar. Não tendo havido anistia na Argentina (a última anistia se deu em março de 1973, quando da vitória de Câmpora) todo aquele que houver cometido delito posteriormente a esta data é passível de prisão. Consequência: todo aquele testemunho que se apresentar no julgamento dos generais e reconhecer por exemplo que foi Montonero ou do PRT-ERP pode sair do julgamento preso e ser instaurado ali mesmo um processo contra ele. Só que com ele não tem "obediência devida". Para Montonero e para ERP não tem, para militar tem.

Ele não é um processo de Nuremberg. Toda aproximação jornalística com Nuremberg é uma espécie de facilidade superficial, que não tem nada ver. Porque se o Exército Argentino teve uma espécie de derrota política provisória, mantém-se sua existência, o aparelho clandestino que ele usou para reprimir está absolutamente intacto e as forças políticas que o apoiam estão agindo. É preciso compreender, para avaliar os limites e valores do processo contra os generais nestas circunstâncias, que se trata de uma situação de equilíbrio instável. O julgamento está assentado em uma sociedade em plena dinâmica da sua luta de classes e de fato, é preciso compreender que a correlação de forças na sociedade incide sobre o julgamento da mesma forma como o julgamento incide sobre a correlação de forças na sociedade. Não tem nada a ver com a situação do exército alemão pós-Nuremberg.

Outro elemento central dos pilares articulados por Alfonsín é, sem dúvida nenhuma, o fato de que ele toma a decisão de os militares serão julgados por um

tribunal militar, não por um tribunal civil. Conseqüentemente, e para melhor resolver o problema, ele procede em fevereiro de 84 a uma modificação do código de justiça militar. Esta é uma outra questão candente no processo desta escolha. Ela prova claramente que Alfonsín quis que os próprios homens do exército entendessem o recado político, depurassem o exército para salvar a instituição. Evidentemente ele esperou muito da lucidez política dos militares argentinos, que não a tiveram. Ele fez algumas modificações no código da justiça militar polemizadas pelas diversas instituições de direitos humanos, porque estabeleceu o que se chama de um foro privilegiado. Quer dizer, tem um tipo de criminoso, que é o militar (que é o único, quando a própria Constituição da Argentina o proíbe), que tem foro especial. Esta é uma das primeiras anormalidades desta opção pelos tribunais militares.

Compensatoriamente o que Alfonsín fez foi — a partir do fato de que o regulamento do código militar prevê que depois de 6 meses os tribunais têm que expedir obrigatoriamente uma sentença — prever que se os tribunais não o fizessem, então a Suprema corte federal civil poderia apelar: ou porque não houve solução ou não houve decisão, ou porque houve decisão contestável. Esta é a única brecha que sobrou para o poder civil interferir no poder militar. O que vai acontecer: remetida a causa para o tribunal militar ele passa seis meses e ao fim deles não procede o julgamento indicando apenas que lhe parecia que as juntas deram as ordens pertinentes contra o inimigo da nação. Alfonsín instaura a suprema corte federal a estender o prazo por mais três meses para ver se os militares resolvem o caso entre eles. Eles dizem uma vez mais que consideram um absurdo, e é isso que explica que recém em 85 o julgamento passa a uma corte civil. Mas atenção porque pelas leis é uma corte civil que atua de acordo com o código militar.

— Qual é o comportamento da sociedade argentina frente ao julgamento?

— Flávio: Depois de vistos os elementos que condicionam os limites do processo e de haver demonstrado que há uma intenção explícita de limitar os alcances deste processo, nós vamos ver que, iniciado no dia 22 de abril de 85 ele acaba tendo uma força tal que transcendendo os limites nos quais o governo desejava que ele ficasse. Ele se transforma num fato de sociedade: os jornais, por mais simpáticos, por menos simpáticos, dão quatro, cinco páginas diárias, as rádios fazem cobertura. Evidentemente, a televisão por ordem do governo - e é um dado mais que prova como ele quer contrariar os limites do alcance disto aí - não reproduz o que se passa dentro do tribunal: ela se limita a gravar e apresentar um "flash" sem som. Nada que é dito lá dentro acompanha a gravação. Descaracteriza e desdramatiza totalmente a mensagem. É uma peça a mais na tentativa de controlar. Mas mesmo assim há repercussão pelo rádio e pelos jornais. Para dar uma medida das coisas: depois de "Nunca Mais", o relatório Sábado, que é uma leitura extremamente importante, uma editora argentina publica semanalmente em forma de fascículos (que estão em todas as bancas) o que ele chama de "diário do juízo", onde estão as cópias taquigráficas de tudo que tem se passado dentro dos tribunais. Isto aparece de semana em semana acompanhados de artigos de atualidade e de análises do próprio julgamento.

Este processo se faz acompanhar, dentro de coisas de mobilizações de massa que tem se reproduzido todos os meses: encabeçados pelos oito organismos de direitos humanos existentes na Argentina: pelas mães da praça de maio, pelas avós da praça de maio, pela comissão pelos presos políticos e desaparecidos e outros que já tem tomado a iniciativa de chamar permanentemente a estas manifestações. Têm buscado se antecipar ao peço de que, como se fala, o governo trte de depois dos julgamentos, dependendo do resultado que ele terá - e certamente será uma condenação - anistiar os militares.

Um segundo elemento a destacar é esta propagação no tempo. Os brasileiros estão muito bem situados para refletir sobre o assunto, basta recordar episódio da morte de Tancredo, quando foi um fato faticamente dominante por um período breve da vida nacional e que hoje é um tema perfeitamente esquecido, secundarizado na memória nacional. Isto não se passa na Argentina porque de fato o fato foi menos espetacular e não tem o apoio unânime da sociedade, mas ele tem um fato que favorece que é a extensão no tempo do julgamento. Ele tem altos e baixos. Há momentos em que houve testemunhos dramáticos e comovedores que saam em todas as revistas e provocaram uma espécie de "frisson" na sociedade argentina.

Agora nessa semana, em que estamos fazendo essa entrevista os generais compõem pela primeira vez ao tribunal.

Isto reacende a questão e a permanência do tema está metendo a fogo na consciência do povo argentino toda a complexidade e todo o envolvimento disto. É um segundo elemento extremamente favorável.

Outro aspecto a considerar é que a reação massiva é tendencialmente favorável e esse julgamento. É claro que há setores que vêm isso muito mais profundamente que são os setores mais conscientes dos direitos humanos, dos militantes de esquerda, dos setores consequentemente progressistas e democráticos, que vão exigir não somente o julgamento desses generais mas de todos os outros criminosos. São 1301 que aparecem constatados pela Comissão Sábado e que não foram conhecidos publicamente porque ela não quis integrar ao livro "Nunca Mais" a lista dos criminosos apontados nos 9000 testemunhos e dossiês que ela constituiu. Aliás aqui o "Nunca Mais" brasileiro, levado adiante por D. Paulo Arns, tomou exatamente a mesma decisão, que é não fazer uma lista de todos os oficiais e militares que foram denunciados pelas suas vítimas. Mas então, apesar de que esses setores que eu acabo de anunciar querem e é justo, uma extensão e um aprofundamento desse julgamento, não se pode desconhecer que dentro dos limites o julgamento tem um grande efeito social porque ele é constitutivo - e esta é uma questão que interessa enormemente do ponto de vista de Brasil - de uma consciência precisa e clara do que é atentado aos direitos humanos.

— Quais os reflexos deste julgamento na Argentina sobre a transição política que atravessa o Brasil?

— Flávio: Quando se fala, pelo menos no nível da questão da redemocratização, que é preciso, como dizem os setores mais moderados da política brasileira, evitar "provocações", evitar questões que podem prejudicar a democratização brasileira, eu digo que é um argumento absolutamente falacioso considerar que a denúncia dos atentados durante o período da Ditadura Militar sejam prejudiciais à etapa de democratização em que vivemos. Exatamente o contrário, porque a forma de constituir uma determinada consciência democrática é explicar justamente as bases desses direitos democráticos e combater tudo aquilo que os ataca. Os conciliadores, os que vêm nisto revanchismo sempre, vão dizer que na verdade não passaram de excessos. É extremamente falso, não há excesso.

Tanto no Brasil como na Argentina trata-se de um método, um método através do qual, e no caso da Argentina nesse julgamento ele fica absolutamente claro, há uma intenção do estado através de um acionar clandestino, de eliminar pela morte, no caso da Argentina, de sequestro, desaparecimento, campo de concentração e morte, a oposição política, produzindo assim dois fenômenos importantes: a aniquilação da oposição política e a paralisação da sociedade pelo terror. Então, isso é um método implementado de cima para baixo e não há excesso. O método é que é excessivo.



Pressão popular: punir os culpados pela repressão

Resumindo, a minha posição pessoal é de que o julgamento é uma página muito importante para a Argentina, para o continente latino-americano, porque é preciso lembrar e isto é extraordinariamente significativo, já que na América Latina em geral há um grante tema e este tema é a impunidade. Não existem antecedentes na história do continente Sul-Americano e Centro Americano de que militares em responsabilidade de governo tenham ido ao banco dos réus responder pelos seus crimes. Independente de toda postura política de Alfonsín para preservar os interesses da burguesia argentina, os interesses do seu partido, ele não pode deixar de responder a este processo. Este processo nos limites que tem é uma espécie de acontecimento que ajuda enormemente a defender a incipiente democracia argentina e inclusive tem uma dinâmica anti-golpista, que tem um efeito sobre o conjunto do continente.

No Brasil a palavra revanchismo já começou a ser utilizada na época prévia à eleição indireta: ela veio já diretamente associada à idéia de que as forças que então iam ganhar as eleições no Colégio Eleitoral se comprometiam a evitar uma "argentinização" do Brasil. Isto é bem sintomático e indicativo de que se instalam aqui nestes processos, que tem uma certa articulação, certos vasos comunicantes entre si, especialmente no Cone-Sul, um efeito de propagação desse julgamento que ultrapassa as fronteiras argentinas e que deixa uma certa idéia de que esses crimes não ficarão totalmente impunes.

No caso concreto do Brasil começam também contra a vontade do governo: o caso Baumgartem, o caso Mário Eugênio que indiciou o coronel Rieth, o general Newton Cruz, recentemente o episódio Beth Mendes com o Coronel Brillhante Ustra. Estou citando também a nível da polícia civil, escândalos permanentes envolvendo a polícia com corrupção, assassinatos, etc. Está se armando uma massa

de elementos que permite pensar que esta questão, que quase parecia que o novo governo poderia sepultar, vai aflorando pouco a pouco como uma das questões importantes e que devem ser preocupação por parte de setores combativos da esquerda brasileira, porque penso, já dizia na questão da Argentina, que é fundamental para erradicar este tipo de comportamento, a sua colocação.

Se não o fizermos, se não obtivermos um certo tipo de julgamento, o que se estará fazendo de certa forma é passando um cheque em branco e uma confirmação de que este tipo de crime não tem problema, ele sempre será perdoado ao sabor das conveniências políticas. Por outro lado a discussão deste tema traz implícito sempre a elucidação de problemas que têm um outro nível de alcance político.

Sobre a "reconciliação nacional", que é também um tema do momento, quem quer passar a reconciliação entre as vítimas e seus algozes. O que este tipo de conciliação sempre produziu, ao longo da história, foi que os algozes voltassem a usar os seus recursos criminosos por uma vez e uma vez mais.

Finalmente, um argumento de moda é igualar as partes: se tratam de "terroristas de esquerda" e de "terroristas de direita". Não é assim e nossa história é já claramente documentada neste sentido.

De um lado estão os que combateram por um Brasil mais justo, de outro os que torturaram, mataram, roubaram e fizeram deste país uma ilha de privilégios para poucos e enorme continente de miséria para todo o resto. Não há empate, a última infâmia que se poderia fazer a esta geração é igualá-la a seus algozes.

Defender a justiça é não só defender a memória - que é a experiência do nosso povo - ou reverenciar o passado, é sobretudo proteger o futuro.

Quem não tem memória nem passado, não tem futuro.

Campanha Salarial Unificada (São Paulo)

CUT prepara luta com nova tática

A CUT começa nesta semana a desenvolver a campanha salarial unificada de várias categorias com data-base neste fim de ano, que somam mais de 1 milhão de trabalhadores.

Domingos Galante, presidente do Sindicato dos Químicos de S.P. e membro da direção nacional da CUT, fala desta campanha.

— Quais os desafios que o movimento operário passa a enfrentar com a “Nova República”?

— Domingos: A “Nova República” colocou como objetivo manter todo o impasse econômico que havia antes do governo tancredista, e conseqüentemente não fazer concessões de espécie alguma, com um calendário institucional com eleições em diversos níveis e Constituinte. Como ligar a luta diária, da fábrica, com o calendário institucional é uma questão chave. Temos que aprender a lidar com as questões nacionais, levando os trabalhadores a perceber os limites desta luta, não abandonando as suas tarefas prioritárias.

Diante da manutenção da situação econômica, um desafio para a burguesia era como manter o controle da classe e o que nós vimos neste ano é que se aperfeiçoou muito as formas de repressão. Agora não se cassa mais sindicatos mas se cassa a fábrica, demitindo todos os militantes. Antes a polícia batia, agora ocupa a fábrica. Como forma de repressão também, a burguesia procura lançar os movimentos reivindicatórios no isolamento político, criando uma opinião pública contrária às reivindicações e às formas de luta. Então a burguesia, por não ter uma solução econômica para a situação do país, abre o calendário mas aperfeiçoa as formas de repressão.

— A partir dos primeiros enfrentamentos do movimento sindical com o novo regime, que avaliações podemos tirar?

Domingos: Estamos conquistando saldos importantes, inclusive vide a greve dos metalúrgicos, que, apesar de ter tido um final difícil, foi uma vitória porque permitiu que questões nunca antes abordadas entrassem na pauta, colocando definitivamente na rua as bandeiras da campanha nacional da CUT. Para nós mostrou também que temos que politizar muito mais as campanhas. Não podemos simplesmente sair em busca só das bandeiras da CUT, mas também devemos mostrar aos trabalhadores que o seu enfrentamento coloca em jogo o impasse central da burguesia, põe em questão todo o projeto político da burguesia, que é o de remediar a situação. Então nós vimos no 1º semestre as greves se alongarem infinitamente. Nós não conseguimos fazer greves com menos de 15 ou 20 dias. Na verdade, existem duas opções para o movimento: ou nos aprontamos para fazer greves de 90 a 120 dias, o que seria inusitado; ou amplia-

ção total do movimento. Os bancários neste sentido, estão dando a saída, e outras categorias também. A opção assumida pela CUT é a expansão total do movimento e unir o maior número possível de categorias, ou como os bancários, verticalizando e buscando a nível nacional da unidade da categoria ou como as campanhas salariais unificadas, juntando várias categorias e envolvendo inclusive o movimento popular.

— A proposta de uma campanha salarial unificada em São Paulo, neste segundo semestre, nasce então desta avaliação. Que passos já foram dados, quais são as perspectivas para a campanha?

— Domingos: Esta é talvez a iniciativa recente mais importante para sairmos da conjuntura sindical que temos na capital, onde a CUT ainda representa um setor minoritário do movimento, embora tenhamos um movimento reivindicatório muito forte na cidade de São Paulo. Está claro que o caminho é o da unificação de campanhas e da superação do isolamento que a burguesia quer impor. Para isso precisamos unificar alguns materiais, calendários e já tomamos diversas iniciativas neste sentido, como por exemplo, tirar uma direção unificada da CUT para a campanha, distribuir boletins de massa para várias categorias e para a população.

Como se relacionar com o setor da Conclat é uma questão não resolvida e que vai requerer que a gente tenha uma estrutura política à altura. Não ter medo de qualquer proximidade e levar mesmo a fundo a definição de congresso da CUT de que devemos unificar as lutas; isto não é perda de princípios e nem é uma proposta de unificação mais geral. É uma questão central.

— Como relacionar a campanha salarial unificada, que deve ter seu pico no começo de novembro, com as eleições para prefeito?

— Domingos: Nós consideramos que a militância do movimento sindical dentro do calendário institucional da burguesia é no sentido de aproveitar as forças que a burguesia desencadeia, quando numa campanha como essa de prefeito centenas de bilhões de cruzeiros serão usados. Nesse momento, enquanto a burguesia tenta uma cooptação nossa, a nível de voto, nós temos que aproveitar essas forças que ela desencadeia ao levantar questões do bairro e não apresentar soluções para o nosso movimento. Então na campanha nós pretendemos ter uma pauta e exigir

dos prefeituráveis uma postura diante das nossas reivindicações e da justiça da nossa luta. Não queremos que fique a campanha de um lado, enquanto a burguesia faz a sua campanha de outro. Quer dizer, nós queremos mostrar as contradições e as contradições de seus candidatos. Inclusive é uma oportunidade importante do próprio PT colocar em cheque esses candidatos burgueses. É uma oportunidade importante do PT mostrar que as questões do bairro e as questões salariais são questões únicas, mostrando pro bairro a importância da nossa campanha salarial e pro movimento sindical a importância da luta popular. Quer dizer, o PT tem um papel unificador neste instante que ele deve aproveitar e estamos convocando o PT para esta campanha também.

— É possível colocar que o movimento operário já iniciou uma nova retomada? Com quais perspectivas?

— Domingos: Este fim de ano está apontando a perspectiva que as vitórias do movimento podem ser obtidas quando ele caminha para uma unificação ou a nível vertical, como os bancários, ou a nível horizontal, como a campanha unificada de São Paulo que estamos iniciando. Mas a classe dá uma direção: ou o processo se torna de massa, ou a derrota vem. A “Nova República” está equipada para derrotar movimentos parciais. Prá nós o desafio apresentado é a amplitude da luta. Um dado importante: de janeiro até agora, 1,5 milhão de trabalhadores fizeram greve, mostrando que a generalização das lutas é muito mais um problema nosso. Um problema de organização, de direção centralizada desta luta, e não um problema de método de luta, de atraso do proletariado, que não está a altura da luta da burguesia.

A nossa perspectiva é a generalização das lutas, aproveitando estes momentos para colocar em cheque a política da burguesia, avançar na construção definitiva da CUT no país. Inclusive na campanha unificada de São Paulo, uma das metas organizativas é im-

plantar as oito sub-regionais da CUT na Grande São Paulo.

— Como você avalia a reunião da CUT com os ministros da Fazenda e do Trabalho? Volta a discussão do pacto social?

— Domingos: A CUT não foi à reunião convocada por Sarney, muito acertadamente. Primeiro porque não aceita convite para discutir pacto social, e segundo porque a CUT não se considera “parte” do movimento sindical. Ela se considera o eixo principal do movimento sindical, porque é quem reúne e quem tem disposição e visão política para mudar a situação. Então a CUT solicitou entrevista para colocar sua posição sobre a situação nacional. Esta entrevista veio agora e a direção nacional se reuniu com eles na quarta-feira. Durou três horas e nem aventaram a hipótese de pacto social. Com o ministro Funaro, o objetivo da CUT era conhecer os objetivos do governo com as últimas medidas, e a gente ficou até admirada por que os ministros concordaram com a nossa análise, a nossa análise do impasse econômico que o país está passando na mão da burguesia... O ministro disse que salário é uma coisa a ser reivindicada, que nós temos que ter ganhos salariais para repor perdas. Mas que isso tem que ser feito com alguma cautela, com calma. Nós exigimos dele qual o “tamanho” da calma, o ritmo aceitável pelo governo e ele não conseguiu definir.

Do ministro do Trabalho exigimos medidas maiores em relação à estrutura sindical, reformas sindicais, fim do imposto sindical. Mas ele disse que isso é um problema para a Constituinte e que pouca coisa pode ser feita antes dela.

Para a CUT reafirma-se que o nosso diálogo é com a massa na rua mesmo, o nosso diálogo é a conquista. Ficou mais uma vez evidente que este governo tem proposta puramente paliativa, quer na área econômica ou sindical e que nós temos que cada vez mais nos organizar, lutar e unificar para ter respostas para nós.



Bancários

Lições da campanha unificada

Discutindo os caminhos e táticas da luta sob o novo regime burguês, EM TEMPO entrevistou o secretário-geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Luís Azevedo.

— Em praticamente duas semanas os bancários conseguiram preparar-se para a greve, em termos de organização por local de trabalho. Como se deu este processo?

Luisinho: A greve estava parecendo, no início, como algo meio duvidoso na base. O clima era de que talvez os bancos concedessem alguma coisa. A nível do Banco do Brasil e bancos estatais ninguém acreditava que não iam ceder. Quando fica claro a intrasigência, que iam levar para a justiça mesmo, a massa se mobiliza rapidamente. Nós tivemos um encontro dos bancos estatais, onde a vanguarda passa a se organizar por micro-regiões e passa também a organizar todo o pessoal deste local. Forma-se então o comando por micro-região e foram, praticamente, nas últimas semanas que todos os comandos, de região e micro-região se organizam. Você sabe, por exemplo, que onde tem um BB, um Bradesco e um Banespa, os outros bancos estão ali ao lado. Então ali se formava o comando a partir das assembleias regionais. Quando os bancários viram que iam pro pau mesmo, que a greve tinha de ser feita, a questão organizativa foi assumida pela massa.

— Como se deu a relação com o governo, que já estava voltando a falar em pacto social, pacto com os banqueiros, não concessão do trimestral etc?

Luisinho: Quando fizemos o encontro nacional nós percebemos o seguinte: que os banqueiros estavam cobrando taxas elevadíssimas de juros e havia uma parte considerável da população que queria reduzir a taxa de juros. De outro lado, havia o chamado pacto governo-banqueiros para reduzir os juros, mas que era basicamente para criar um efeito na opinião pública e pressionar os bancários, já que até agora não houve qualquer redução destas taxas. Então procuramos responder a isso com reivindicações gerais ao governo, inclusive no sentido de baixar as taxas de juros e junto a opinião pública esclarecendo a questão dos salários e dos lucros dos bancos.

“Quando fica claro a intrasigência dos banqueiros, a massa se mobiliza rapidamente.”

Mas o que o governo não queria em hipótese alguma era que essa campanha abrisse o precedente e conquistasse o trimestral e recuperação de perdas e o movimento sindical como um todo fosse em cima do governo. Além disso, o próprio governo não queria arcar com uma concessão desse tipo, já que emprega quase 300 dos 700 mil bancários. Então o governo fechou questão contra o trimestral. E abriu a nível da reposição de perdas uma possibilidade de negociação. Fez isso para não abrir um precedente maior noutro sentido, ain-

da usando uma argumentação de que os bancários tiveram mais perdas que os outros setores, o que é uma meia-verdade. É importante perceber essa tática do governo.

A segunda e importante também é que o governo procura canalizar a questão para a justiça. Quem determina os índices e tudo o mais é o tribunal e não a negociação direta. Com isso o governo queria manter a imagem de que a política econômica não estava sendo comprometida, que a decisão era de uma instância considerada autôno-

“Dois dias antes da reunião com o governo e os banqueiros, o Conclat senta com Funaro e admite o pacto social.”

ma, para evitar que os trabalhadores, enquanto classe, saíssem e falassem: olha, o governo cedeu aqui e vai ter de ceder na outra...

— E a questão do pacto, teve algum peso?

Luisinho: Veja só. Nós tivemos um apoio muito amplo, no Rio, em São Paulo inclusive com o Sindicato dos Metalúrgicos, Motoristas, concederam um apoio de infraestrutura. O que nós achamos que foi, assim uma tática lamentável e que o governo procurou utilizar é que, dois dias antes da reunião do dia 7 com o governo e banqueiros, o Joaquinção, o Luiz Antonio Medeiros, o pessoal da Conclat, sentam com o Funaro e admitem que era possível discutir um pacto social para baixar a inflação a partir dos trabalhadores abrirem mão de suas reivindicações. Isso, dois dias antes de um momento como esse, onde a gente tem uma reivindicação, que é de aumento e os caras saem com uma questão como essa. Para contornar não foi fácil, ficamos numa situação defensiva naquela reunião, aparecendo na imprensa que o sindicato dos metalúrgicos aceitava um pacto neste sentido e os bancários como intrasigentes, querendo a qualquer custo as reivindicações. A gente teve de reverter dizendo que o pacto era uma coisa e a negociação com os bancários outra. Não que os bancários sejam um caso a parte, com reivindicações diferentes dos demais trabalhadores. Mas essa foi a saída para não entrar numa discussão como sendo nós os intrasigentes.

— Do ponto de vista mais geral, para o movimento sindical, o que esta greve pode apontar?

Luisinho: Acho que o movimento dos bancários demonstrou que, a partir de uma nova conjuntura, não estávamos tratando com um governo como o anterior, mas sim com um governo que também articula politicamente. Onde a relação com a opinião pública, com a população, tem peso e está colocado o problema do isolamento. Pois, qual é a



estratégia do governo? É dizer que é um setor radicalizado que promove a greve para desestabilizar a Aliança Democrática. E nós fizemos questão, em todo momento, de impedir que houvesse uma caracterização de que esse era um movimento da CUT, apesar de saber que a CUT foi a principal responsável pela organização do movimento, tanto em São Paulo como a nível nacional. O papel que desempenhou foi decisivo. Mas em todos os momentos procuramos tornar o movimento o mais amplo possível, que era para impedir que o governo articulasse politicamente no sentido de caracterizar como um movimento da CUT e tudo o mais. E esta amplitude foi importante para evitar o isolamento e a repressão localizada.

Agora, a partir de quando poderia haver uma repressão localizada? Por que as audiências de conciliação de São Paulo e Rio foram marcadas para o dia 9? Porque se após estas audiências, São Paulo e Rio decidem manter o movimento, a repressão localizada aqui e no Rio ia ser violenta e porque tinha também a questão da legalidade e junto dela a demissão. Ai estava em jogo não só a sustentação organizativa da greve e voltamos a análise da conjuntura, tirando lições das greves do ABC, dos Correios e dos previdenciários. Nós estávamos tratando com outro tipo de setor, onde a tática de levar a

“... não estávamos tratando com um governo como o anterior, mas com um governo que articula politicamente.”

greve ao esgotamento era mais complicada. O governo não poderia fazer isso também porque é patrão e de metade da categoria. Havia também o aspecto eleitoral, das eleições nas capitais.

Por tudo isso, não significa que o governo recuou e vai, de agora em diante, recuar para todas as greves. No caso, o governo recuou diante de uma greve de massas, que abarcou um contingente enorme da classe trabalhado-

ra. E as greves que conseguirem essa repercussão a nível nacional vão obter vitórias. Mas o principal nessa greve, que ela apontou, é que é possível duas coisas: a curto prazo, mudar o cálculo do INPC, e o movimento sindical tem

“O movimento passa por cima de quem não quer ir à luta. Nós criamos antecipadamente condições para isso”.

que pressionar para eliminar os 75 dias que a classe trabalhadora perde — primeira questão essa já admitida até pelo Funaro; e, segundo, colocou uma questão em debate para o movimento sindical, que é a reposição das perdas. A classe trabalhadora teve muita perda nesse período e não tem conseguido levantar essa bandeira. Então é possível colocá-la agora. Todo o trabalhador vai começar a falar, pô, os bancários conseguiram com a greve... é possível conquistar a reposição de perdas. Se o movimento sindical se aglutinar em torno disso, tem todas as condições de ter uma retomada importante em termos nacionais. Agora, é evidente que nossa categoria teve uma série de fatores que facilitou — que é o de ser uma categoria nacional, com uma única data-base, etc.

A questão da articulação política e da frente única são também importantíssimas. No caso, nós tivemos a criação do Depto. Nacional da CUT, vários jornais da CUT e atuamos em conjunto com setores do movimento sindical que passam pela Conclat até o peleguismo mais extremo. Em nenhum momento perdemos nossa personalidade enquanto CUT. Ao contrário, tivemos jornais e intervimos organizadamente enquanto CUT. Então é importante entender: é pelego, então não vamos contar com ele? Não. Vamos chamá-los a unidade, conchamar o movimento sindical a uma ação unitária. Agora aqueles que não querem, o movimento passa por cima. Mas nós criamos antecipadamente condições para que isso ocorresse.

América Latina

Comissões de Fábrica da Ford realizarão encontro

As multinacionais planejam sua política a escala mundial. E usam essa política para ampliar a exploração dos trabalhadores, independentemente de seu país de origem.

Recentemente o Presidente da Ford europeia declarou à imprensa que uma das suas fábricas seria fechada. O movimento sindical se articulou e organizou uma reunião europeia das Ford para tentar barrar essa política da empresa.

Iniciativas como essa, de articulação dos trabalhadores de uma mesma multinacional a escala internacional, têm se desenvolvido.

Por exemplo, nos dias 23 e 24 de maio se realizou em Bogotá, Colômbia, um Encontro Latino-Americano dos trabalhadores da Philips, com a presença de representantes do Brasil, do Uruguai, do Chile e da Colômbia.

Outra iniciativa em curso é a dos trabalhadores da Ford na América Latina.

EM TEMPO foi entrevistar a Comissão de Fábrica da Ford-Ipiranga, que tem participado da organização deste Encontro.

— O que será o Encontro Latino-Americano dos Trabalhadores da Ford?

— **Lúcio** — O Encontro será realizado em São Paulo, no final de novembro e início de dezembro.

A articulação do Encontro envolverá trabalhadores da fábrica venezuelana, da uruguia (que está sendo fechada), das quatro mexicanas, das cinco brasileiras e da argentina.

A pauta do Encontro será: 1 — o processo de automação da Ford; 2 — o "trabalho participativo" (que é o CCQ de outras empresas); 3 — relacionamento entre a Comissão de Fábrica e a empresa, o sindicato e o coletivo da fábrica.

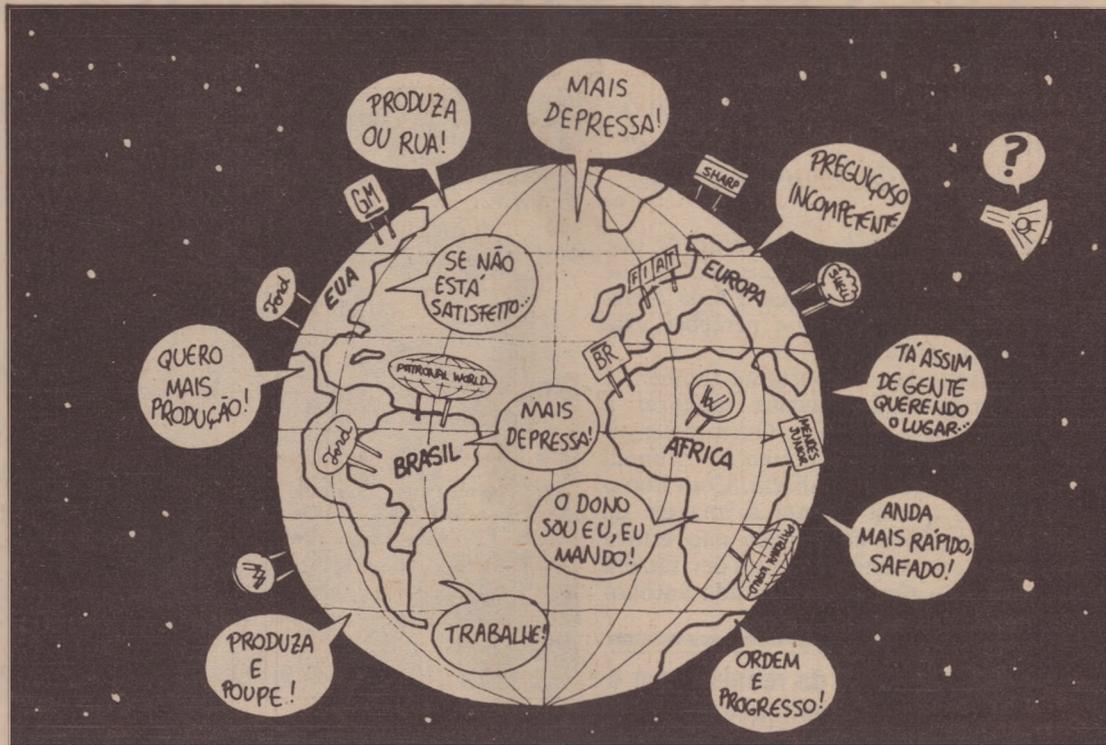
A coordenação e direção do Encontro é responsabilidade das Comissões de Fábrica. Além das Comissões participarão sindicatos, centrais nacionais e internacionais.

— O que será discutido sobre automação?

— **Lucio** — Automação é um problema novo. Estão sendo realizados estudos e seminários que ainda não chegaram à base.

A impressão para o peão no pé da máquina é a de que a automação, nesse primeiro momento, viria a contribuir para um menor esforço físico, para a melhoria das condições de trabalho etc.

Como Comissão de Fábrica, embora reconheçamos que a automação está absorvendo algumas operações mais perigosas, algum trabalho mais cansativo, temos de constatar



que — no caso da Ford — se não está tirando emprego, ela está deixando de criar novos empregos.

Aqui na Ford-Ipiranga está sendo produzido um novo modelo de caminhão, o Cargo (modelo mundial). Para a sua produção toda uma área foi automatizada. Com o novo produto houve um acréscimo de 300 empregados na fábrica. Se o processo fosse convencional teríamos mais de 1000 trabalhadores empregados.

Temos de definir uma política de como participar da automação da fábrica, discutindo o que é automatizado e como. Para que ao mesmo tempo que não roube emprego, crie emprego. O que está relacionado com a luta pela redução da jornada de trabalho. E não adianta ter redução da jornada de trabalho se você não tem meios de controle da própria produção. É esse tipo de política que precisamos discutir e definir como um todo na Ford. Pretendemos traçar um paralelo entre o nível de automação nos outros países, nas várias fábricas da Ford e definir uma política clara, não só a nível latino-americano, mas a nível mundial.

— O que já existe de articulação mundial?

— **Lúcio** — Em março de 1985 participamos de um Encontro em Liverpool com a presença de Comissões de todo o mundo. Da América Latina participaram apenas as fábricas de São Paulo e São Bernardo. Participaram todas as fábricas da Europa e esteve presente uma representação dos Estados Unidos. Um total de 18 fábricas.

Está marcado um outro encontro para o início de 1986. Daí a realização deste Encontro a nível da América Latina:

devemos nos preocupar com as particularidades dos problemas latino-americanos.

É importante traçarmos uma política única e unitária a nível mundial para as Comissões de Fábrica da Ford. Hoje existe o caminhão mundial e o carro mundial. De que adianta, por exemplo, a Ford de São Bernardo fazer um movimento para conquistar melhores salários etc., se deixando de produzir o Escort aqui a Ford aumenta a produção na Inglaterra e supre o mercado que a fábrica de São Bernardo deveria suprir? Isso debilita a força do movimento.

A Ford enquanto multinacional tem uma política dimensionada a nível mundial. Nós, trabalhadores também precisamos ter essa política dimensionada a nível mundial. Para que possamos fazer esse enfrentamento não só em fun-

ção nossa, mas em função de todos trabalhadores a nível mundial. O patrão que nos explora é o mesmo.

Nestes próximos encontros daremos alguns passos no sentido de definir essa política.

— Vocês acompanharam o processo de luta na Ford argentina?

— **Lúcio** — Estive na Ford argentina, aproveitando uma viagem e foi levada a solidariedade aos companheiros, dentro da fábrica.

Os companheiros reivindicavam o cumprimento do acordo que até o final de julho de 85 não haveria demissões. No início de junho a Ford demitiu 35 companheiros.

Quando estava lá, chegou a notícia de que a Ford da Inglaterra havia feito uma greve de 4 horas em solidariedade aos argentinos.



A greve durou 17 dias. No final a polícia invadiu a fábrica, desocupando-a. E foram 350 demitidos (entre os quais a Comissão de Fábrica e ativistas). Não temos informações de como anda a reintegração dos companheiros.

Foi uma greve dura, com companheiros perseguidos tanto pela empresa como pela polícia. Um processo semelhante ao dos companheiros da GM de São Caetano e São José. De uma forma geral as acusações quando da ocupação são mais ou menos as mesmas. O processo de ocupação da fábrica foi semelhante ao daqui e o de repressão também. Há semelhança na atuação das "Novas Repúblicas": afinal elas defendem o imperialismo, o que faz com que haja uma atuação semelhante na repressão aos trabalhadores.

— Aproveitando a entrevista: como será a campanha salarial dos metalúrgicos deste ano?

— **Ortiz** — Será uma campanha importante, reivindicaremos a trimestralidade, a redução da jornada, e outros itens definidos pelo coletivo da fábrica. Já fizemos um Seminário aqui para definir isso. O pessoal está disposto. Este ano devemos fazer um movimento de toda categoria. Não é o caso de se fazer como nos anos anteriores, quando na ausência da luta de toda categoria eram feitas greves isoladas. A categoria indo à greve, nós vamos juntos.

— **Lúcio** — Outra questão é a proposta feita na Ford, levada junto à Oposição e à própria diretoria que é a criação do Fundo de Greve.

Nós somos contra o desconto assistencial, contra o imposto sindical, a favor da convenção 87.

Estamos propondo para este ano que dos 5% do desconto assistencial 3% sejam destinados à criação do Fundo de Greve. Durante a campanha salarial seriam organizados os estatutos, eleita a diretoria etc.

A diretoria do Sindicato, com raras exceções, tentou jogar a categoria contra a proposta, argumentando que estávamos querendo montar uma direção paralela, com recursos financeiros, preparando para as eleições de 87.

Chegaram a colocar na convocação da Assembléia que a Ford estava trazendo a proposta de aprovar um adicional de 3% para a formação de um Fundo de Greve a ser comandado pela Comissão da Ford.

Nós achamos que o Fundo de Greve deve ser auto-sustentado. Mas achamos também que parte do assistencial deve servir à luta.

Metalúrgicos-SP

Ofensiva patronal demite Comissão de Fábrica de Asama

Alegando, como sempre, problemas financeiros, os patrões da Asama demitiram dois terços da fábrica. Dentre os demitidos toda a Comissão de Fábrica.

Além dos problemas da luta contra o desemprego, os acontecimentos da Asama colocam questões que merecem reflexão e ação do conjunto do movimento sindical ligado à CUT.

Estas demissões quebram com toda a experiência de organização dos trabalhadores dentro da fábrica, em particular, com a experiência da Comissão. E estas demissões não foram isoladas: em várias fábricas metalúrgicas próximas, ativistas combativos também foram demitidos. A organização e capacidade de luta da categoria metalúrgica se vê atacada.

Como responder a essa ofensiva patronal, articulando a solidariedade entre as fábricas e os sindicatos é uma questão colocada para todos. Na "Nova República" a repressão patronal tem atuado diretamente, golpeando várias vezes o movimento sindical combativo.

EM TEMPO entrevistou o pessoal da Comissão da Asama (Geraldo, coordenador da Comissão, Arsênio e Elcio) sobre esse golpe dos patrões.

— **O que houve na Asama?**

— **Comissão:** Alegando uma situação financeira difícil, dizendo ter perdido um contrato vultoso com a Rhodia, os patrões resolveram se dedicar apenas à fabricação de algumas máquinas.

Essa política patronal levou à demissão de quase dois terços dos operários da fábrica.

Quando soubemos dessa política, passamos a discutir com o conjunto dos trabalhadores, realizando uma assembléia geral de toda a fábrica. A Comissão de Fábrica achou que a greve era a melhor proposta. A assembléia decidiu o contrário. Os companheiros consideraram que com a fábrica praticamente parada, sem serviço, não era possível a realização de uma greve vitoriosa.

Pareceu mais lógico aos companheiros a demissão recebendo os direitos. Naquela situação colocamos os nossos cargos à disposição dos companheiros que, no momento, resolveram que de-

veríamos continuar compondo a Comissão e levando a luta adiante. Quando fomos demitidos, acampamos na fábrica, só saindo com a presença de cinco carros da polícia.

Estamos levando uma luta combinando a luta pela reintegração à fábrica com um trabalho na região, indo às portas das fábricas para discutir com os companheiros.

— **Vocês tiveram algum apoio da diretoria do Sindicato, do Joazeiro?**

— **Comissão:** A diretoria deseja a nossa destruição, por isso ele não fez nada. Há uma semana, vários companheiros ativistas ligados à CUT foram demitidos na região. Acreditamos que esses companheiros foram denunciados aos patrões. Atualmente, mesmo nas fábricas de maior rotatividade, o pessoal ligado à diretoria do sindicato sempre mantém os seus empregos, enquanto os ligados à CUT perdem.

— **Vocês receberam apoio das outras Comissões de Fábrica?**

— **Comissão:** Nós temos uma coordenação municipal, da qual fazem parte Comissões como a da Ford, a da

Máquinas Piratininga, a da Colúmbia etc. Foi feito um trabalho em comum, distribuindo uma nota de alerta: não adianta tentarem ir adiante na tentativa de destruir as Comissões dirigidas por sindicalistas classistas.

— **Vocês receberam apoio fora da categoria?**

Comissão: Sim, de vários sindicatos dirigidos por ativistas classistas. Recebemos, com estranheza, um artigo dos companheiros da Convergência Socialista, que não pode ser considerado apoio e sim uma crítica caluniosa. Achamos que os companheiros têm todo direito de defender as suas posições, mesmo que não tenham base na realidade. Agora, afirmar que a Comissão de Fábrica da Asama fez acordo com os patrões e que com base nesse acordo os patrões fizeram as demissões, inclusive a nossa, é calúnia. É uma irresponsabilidade.

Antes de fazer um artigo desses deveriam discutir conosco, abrir um debate.

Nós exigimos que os companheiros da Convergência Socialista se retratem.

Metalúrgicos-RS

Só falta Porto Alegre: Chapa 3 derrotará pelego

Em novembro ocorrerão eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre (que conta com cerca de 40.000 trabalhadores na base e perto de 15.000 sindicalizados). Concorrem três chapas: uma apoiada pela atual diretoria pelega, outra apoiada basicamente pelo PC do B. Além destas, concorre a chapa 3, apoiada pela CUT e que conta com os mais combativos setores que têm atuado na categoria. A chapa tem como candidato à Presidente Jurandir Damin, membro da direção Estadual da CUT/RS e Vice-Presidente da CUT Regional Porto Alegre. A vitória da oposição significa a possibilidade concreta de unificação dos metalúrgicos da Grande Porto Alegre (os outros 3 sindicatos — Canoas, São Leopoldo e

Novo Hamburgo — já têm diretorias que apóiam a CUT). Entrevistamos Marilane Teixeira, candidata a Secretária-Geral na chapa 3 e que trabalha na Metalúrgica Zivi SA, a maior da região.

— **Como se deu o processo de formação da chapa de oposição que concorre às eleições do sindicato?**

— **Marilane:** O trabalho começou basicamente com pessoas que atuavam na Comissão de Salários. Em 82 concorremos às eleições, chegando a ganhar nas urnas das fábricas, mas perdendo no final devido às urnas que ficaram no sindicato. Este resultado se deu a partir de uma composição entre pessoas que tinham respaldo na categoria e também devido à falta de crédito

da diretoria, que não investiu no trabalho de massa e que não aceitava a democratização do sindicato.

A oposição surge deste descontentamento. Toda liderança que surge neste período é identificada com a oposição, sendo que a diretoria não conseguiu somar forças. Desta forma, a oposição sempre teve maioria nas Comissões de Salários (este ano foi de 9 a 1). A chapa de 82 era composta fundamentalmente a partir de relações pessoais, menos por ter uma posição sobre o trabalho no sindicato, englobando vários setores do movimento sindical (de PC do B a militantes classistas). Depois de 82 o PC do B saiu da oposição e começou a participar mais do trabalho da diretoria, tentando formar com ela uma chapa de composição, o que foi inviabilizado pela disputa de cargos.

— **Qual foi a posição tomada pelo setor que permaneceu na oposição?**

— **Marilane:** Nossa posição sempre foi a de nos mantermos fora deste campo. Todo nosso trabalho foi no sentido de mostrar que era impossível um trabalho comum com a diretoria, por divergências desde a questão da conjuntura até as questões mais específicas, do dia a dia das fábricas. Já para o PC do B isto era possível, pois haviam acordos com a diretoria sobre várias questões (apoio a Sarney, apoio à Conclat e contra a CUT, apoio à proposta de pacto social etc.).

Nosso trabalho foi de investir nos Congressos, Comissões de Salários, fábricas, a fim de reunir militantes, garantindo a definição de propostas mais

avancadas (particularmente em relação à CUT).

— **E como foi tirada a chapa?**

— **Marilane:** A chapa foi tirada numa convenção em que participaram 300 operários respaldando nomes que já haviam sido tirados nas fábricas (estamos melhor implantados nas fábricas com maior número de sócios e contamos com a participação de 6 membros da Comissão de Salários). Fomos a única chapa que realizou convenções nas fábricas e que depois realizou um processo global para a definição da chapa.

— **Quais são as principais bandeiras da chapa 3 e qual a relação com a CUT?**

— **Marilane:** As principais propostas da nossa chapa são: a luta por melhores salários e por 40 horas de trabalho (que inclusive é o slogan da chapa), por reajuste trimestral e aumento real. Também consta da nossa proposta a campanha salarial unificada com os sindicatos da região. Também propomos uma fiscalização mais rígida na questão da saúde nas fábricas, além da melhoria da assistência aos sindicalizados. Estes são os principais eixos da nossa propaganda.

A CUT apóia a nossa chapa e pretendemos, imediatamente após a eleição, apresentar a proposta à categoria de filiação do nosso sindicato à CUT. Aliás, na questão mais geral as chapas 1 e 2 não se diferenciam. Somos a única chapa que critica o governo da Aliança Democrática e que propõe o fortalecimento do processo de conquista de autonomia e liberdade sindical.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aluísio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Sérgio Moura.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2.769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC nº 46.093.549/001-10.

Sucursais: **Belo Horizonte:** R. Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30 000; **Porto Alegre:** R. Fernandes Vieira, 618 — loja 4 — Bom Fim — CEP 90 000; **Rio de Janeiro:** R. Senador Dantas, 117 — sala 1.414 — CEP 20 031; **Vitória:** Caixa Postal 1.427 — CEP 29 000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59 072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66 000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5 088 — Cidade Universitária — CEP 88 000; **Goiania:** Caixa Postal 469 — CEP 74 000.

Tiragem desta edição: 9000 exemplares.

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo.

Frios/SP

Chapa da CUT ganha eleição

A chapa 2, de oposição à antiga diretoria do Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de carne, derivados e dos frios de São Paulo, acaba de vencer, no primeiro escrutínio, as eleições desta categoria.

Foram 722 votos para a chapa 2 e apenas 254 para a chapa 1. Esse número tão pequeno de eleitores para uma categoria de 15 mil trabalhadores, jus-

tifica-se pela total inoperância e peleguismo da antiga diretoria que estava há mais de vinte anos na direção da entidade.

A oposição recém-eleita assume, agora, um compromisso de luta junto à categoria e tem o seu primeiro desafio na campanha salarial unificada, que se inicia sob o comando da CUT (ver matéria página 12).

Motoristas SP

CUT apóia Chapa 3

Nos dias 21, 22, 23 24 e 25 de outubro serão realizadas as eleições para o Sindicato dos Condutores de Veículos de São Paulo.

A Chapa 3 se compromete com a construção e fortalecimento da CUT, firmando um posicionamento por um

sindicalismo combativo, atuante e democrático.

É a Chapa apoiada pela CUT, que concorrerá contra uma chapa articulada por notórios pelegos da categoria e contra outra identificada fundamentalmente com as posições do PCB.

Metroviários-RS

Criado o sindicato

No dia 13 de setembro, no plenário da Assembléia Legislativa/RS foi criado o terceiro Sindicato de Metroviários do país.

Cerca de 200 metroviários (a categoria é de 1250 trabalhadores) aclamaram a transformação da Associação Profissional em sindicato. Em seguida a assembléia elegeu a diretoria provisória, que se comprometeu a dar continuidade

de à combatividade que já marcou as primeiras lutas da categoria.

Estavam presentes no ato representantes dos Sindicatos de São Paulo e Rio. Como resultado deste primeiro contato ficou acertado um encontro em dezembro, para avaliação e preparação de um Congresso Nacional dos metroviários, contando inclusive com a possibilidade de participação dos metroviários de Belo Horizonte e Recife.

Telefônicos-RS

Conquistada a incorporação dos 30%

Os telefônicos gaúchos depois de um processo de preparação, que contou com assembléias massivas em todas as regiões do Estado onde o sindicato possui delegacias, realizaram uma grande assembléia em Porto Alegre, dia 22/08. Dois mil telefônicos (a categoria possui 8 mil em todo o Estado) decidiram lutar até a vitória pela incorporação do abono de 30%.

A postura inicial da empresa foi de descrédito quanto à capacidade dos trabalhadores.

Enganou-se redondamente. Na manifestação pública do dia 29 quase 3 mil telefônicos afirmaram sua disposição de luta.

Na segunda-feira dia 02 (o movimento foi iniciado na sexta) ninguém mais tinha dúvidas da disposição dos telefônicos. Em nenhum local o trabalho iniciou antes das 10 da manhã, inclusive no interior do Estado.

Nesta situação, às 9 horas do dia 2 a

direção do sindicato era insistentemente chamada pela direção da empresa para negociar.

Todos percebiam o que representava isto. Entretanto seguiram à risca a decisão da categoria em paralisar por duas horas e só após as 10 horas foram para a mesa de negociação, onde, sem saída, a empresa sequer pode barganhar. Estavam incorporados aos salários de todos os empregados um abono de 30% recebido nos meses de abril, maio e junho, sendo que esta incorporação passou a vigorar a partir de 1º de julho, com o pagamento inclusive de dois meses atrasados.

No mesmo dia à noite, numa assembléia convocada por telefone e boca a boca, dois mil telefônicos autorizaram à diretoria do sindicato a assinar o acordo, afirmando que este movimento foi um esquentamento dos motores para a campanha salarial, com data base em 1º de janeiro.

São José dos Campos

Livro conta exploração da GM

O Fundo de Greve dos metalúrgicos de São José dos Campos, sob a responsabilidade do sindicato desta categoria, acaba de lançar o livro "Ação e Razão dos Trabalhadores da General Motors — História contada por quem a fez"

O livro, foi escrito com base em depoimentos de trabalhadores da General

Motors de São José dos Campos. Mostra sua versão para os fatos a partir da história de opressão e exploração exercida pela empresa nos seus 25 anos naquela cidade.

Sua distribuição está sendo feita pelo próprio sindicato e sua renda será revertida para o fundo de greve.

A mobilização contra a dívida externa

23 de outubro: todos à luta!

Em recente reunião das seções da América Latina e Caribe da IV Internacional, foi decidida a publicação de uma declaração reforçando a importância da luta continental contra a Dívida Externa e as políticas do FMI, tendo como marco fundamental a Conferência Sindical de Havana e o dia 23 de outubro. A seguir publicamos na íntegra esta declaração.

Representantes das organizações sindicais e populares de nossos países reuniram-se em Havana - Cuba, em julho de 85, para tratar em conjunto dos gravíssimos problemas que o pagamento da Dívida Externa está causando a nossos povos. Esta Conferência resolveu entre outras coisas declarar o dia 23 de outubro como **DIA CONTINENTAL CONTRA O PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA** e contra a política criminosa do FMI contra nossos povos.

Frente a este transcendental acontecimento, as organizações latino-americanas e caribenhas que atuam nos marcos da **IVª Internacional** declaram:

1. A ofensiva lançada pelos bancos e governos imperialistas contra nossos povos, para forçar o pagamento da dívida externa, tem trazido como resultado o endurecimento da implementação dos planos de austeridade, o aumento dos preços, os cortes orçamentários nas atividades de alcance popular, demissões massivas de trabalhadores, congelamento de salários, expulsão dos camponeses de suas terras e a inevitável política de repressão para destruir qualquer protesto popular e as organizações que os impulsionam.

2. Esta política de imperialismo tem sido avalizada pelos governos de nos-

sois países, que no melhor dos casos só têm tomado medidas tímidas que, longe de responder às necessidades dos povos que dizem representar, põem-se de uma maneira descarada e anti-nacional ao lado de quem, à custa de nosso sacrifício, quer encher as arcas imperialistas, não só para seus mesquinhos interesses, mas também para fustigar os povos e desestabilizar governos que, como no caso de nossa irmã Nicarágua, têm-se "atrevido" a escolher um caminho digno e soberano, colocando a riqueza nacional nas mãos da grande maioria que a necessita.

3. Por seu montante a dívida externa não pode ser paga. Por ser um instrumento de exploração não deve ser paga. As classes dominantes de nossos países, ligadas aos interesses do imperialismo, não podem adotar uma atitude firme e independente frente a ele. Contrários ao caminho servil assumido pelos governos e a burguesia, os sindicalistas e camponeses latino-americanos e caribenhos resolveram tomar em suas mãos a luta contra o pagamento da dívida externa e, ainda mais, a luta sem quartel por uma nova ordem econômica mundial, que termine com a exploração dos países dependentes como os nossos por parte do imperialismo e que se oriente à satisfação das necessidades

fundamentais de todos os explorados e oprimidos. Uma nova ordem econômica que se oriente para o intercâmbio econômico entre os países chamados do terceiro mundo; uma nova ordem econômica onde os imensos recursos da América Latina e Caribe sirvam para nosso próprio desenvolvimento e não como até agora para o maior enriquecimento dos imperialistas, que financiam seu desenvolvimento econômico com recursos que provêm dos países dependentes e explorados. Estes recursos jamais voltarão à América Latina e Caribe.

4. Frente a isto, fazemos um forte chamamento a todos os trabalhadores, a todos os camponeses, às forças populares, aos partidos e organizações revolucionárias, às organizações democráticas a participarem ativas e combativamente nas **Jornadas Contra o Pagamento da Dívida Externa** em 23 de outubro, realizando assembléias, concentrações, desfiles, protestos, paralisações etc.

Tomando o exemplo da Conferência Sindical latino-americana e caribenha, fazemos um chamamento às Centrais Sindicais a continuar este tipo de reuniões, criando possibilidades maiores de se buscar iniciativas e ações comuns

aos trabalhadores e povos latino-americanos e caribenhos.

Contra a fome e a miséria, não paguemos a dívida. Só assim existirá um futuro para nós e nossos filhos!

— Não ao pagamento da dívida externa!

— Contra a política de austeridade!
— Pela defesa dos direitos democráticos!

— Assegurar o êxito do protesto continental de 23 de outubro!

Setembro/1985

Partido Revolucionário dos Trabalhadores (México)

Grupo Revolução Socialista (Guadalupe/Martinica)

Partido Socialista Revolucionário (Colômbia)

Partido Revolucionário dos Trabalhadores (Peru)

Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (Equador)

Partido Operário Revolucionário (Unificado) (Bolívia)

Partido Socialista Revolucionário (Chile)

Partido Socialista dos Trabalhadores (Uruguai)

Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista (Brasil).

Bolívia

Novo governo golpeia o COB

Paz Estensoro decreta estado de sítio, prende a direção da COB: assim ele enfrenta a greve geral que paralisa a Bolívia há 16 dias.

Esta greve geral foi a forma que a combativa e heróica classe operária boliviana utilizou para barrar o "pacote econômico" decretado pelo governo.

Este "pacote" significa um profundo ataque à COB. Ele é decretado no momento em que a burguesia está na ofensiva.

Para compreender a dimensão da luta atual é necessária uma visão mais clara do significado do "pacote" e da ofensiva burguesa.

As medidas tomadas pelo novo presidente da Bolívia, Paz Estensoro, ditadas pelo imperialismo, são na verdade um ataque sistemático às principais conquistas da revolução de 1952. Muito mais que um "pacote" econômico, são uma mudança profunda no "modelo econômico boliviano".

Em primeiro lugar as medidas visam destruir a base estatal da economia boliviana, através da chamada "descentralização" da COMIBOL (a estatal da mineração) e da YPB (a estatal do petróleo). A política é de entregar as empresas mineradoras e petroleiras às multinacionais. Depois de 1952 um amplo setor estatal se desenvolveu (indústrias de vidro, plásticos, derivados de petróleo), aglutinados na "Corporación Boliviana de Fomento". Esta corporação estatal foi dissolvida e a tendência das empresas é serem vendidas. Há ainda a privatização do setor de transporte.

Em segundo lugar há a completa liberação das importações, o que evidentemente tenderá a destruir o parque industrial boliviano. A concorrência com os produtos estrangeiros, que já têm uma forte presença na Bolívia através do contrabando, será um duro golpe no setor industrial privado. Com o contrabando e a crise, o desemprego no setor privado já atinge a cerca de 40% do setor. Isto deve piorar com a liberação completa das importações.

Em terceiro lugar, é golpeada a estabilidade no emprego. O decreto de Paz Estensoro autoriza livre contratação, destruindo o contrato coletivo. Antes nenhum operário podia ser despedido na vigência do contrato coletivo, que é renovado anualmente.

O resultado que o governo busca com essas medidas é mudar a estrutura econômica do país, abrindo a economia ao imperialismo ao mesmo tempo que destrói as conquistas da revolução de 1952 e a base social e organizativa do movimento operário — os sindicatos e a COB.

É contra a concretização e implementação dessas mudanças que se realiza a greve geral na Bolívia.

A greve geral de março e as eleições

A atual ofensiva da burguesia e do imperialismo contra o movimento operário deve ser vista no interior da conjuntura pós-eleitoral.

Após o final da greve geral de março foi antecipada a eleição do sucessor do moribundo governo de Siles Zuazo, através de uma manobra de Juan Lechin (então o principal dirigente da COB) e Paz Estensoro, que utilizaram-se da greve para impor essas antecipações. Esta manobra foi possível devido à pulverização da esquerda revolucionária, a sua incapacidade de conduzir uma política de frente única com o PCB e o MIR (partidos que participaram do governo Siles Zuazo e que racharam nesse período, com seus setores sindicais defendendo posições classistas) e pela desagregação da Direção Revolucionária Unificada (DRU) — coligação de organizações de esquerda que ganhou o VI Congresso da COB, em agosto de 1984 — que deixou espaço aberto para Lechin. O proletariado boliviano não construiu uma organização revolucionária que pudesse se contrapor seja aos setores da burocracia sindical que ainda controlam a COB, seja aos partidos reformistas que dispõem de uma importante base no movimento operário e popular.

Face à falência do governo da UDP, a COB não conseguiu apresentar um plano econômico alternativo que parecesse viável às massas trabalhadoras e muito menos servir de referência para a criação de uma alternativa política dos trabalhadores. Tudo o que existia era uma grande confusão entre a vanguarda sindical, que tinha ilusões que a COB poderia se apresentar como alternativa de poder, quando ela não conseguia cumprir as tarefas políticas mais prosaicas.

Ao final da greve de março a situação era confusa: havia um profundo desgaste do governo da UDP, uma retomada da iniciativa da direita, uma greve geral derrotada.

A incapacidade de se criar uma alternativa à esquerda da UDP, que pressupunha uma grande unidade dos setores revolucionários e populares, impossibilitou que o desgaste da UDP fortalecesse uma alternativa revolucionária. Essa ausência terminou por transformar o desgastes da UDP em um golpe profundo no conjunto da esquerda e em particular no P.C. que tem sido sua principal força política.

Ao mesmo tempo, a não apresentação de uma lista unitária às eleições, que pulverizou a ação da esquerda, levou a polarização das eleições entre duas alternativas burguesas: Banzer e Paz Estensoro.

Esta polarização entre Banzer e Paz Estensoro levou à formação de uma dinâmica de voto útil: muitos setores votaram em Paz Estensoro considerando-o um "mal menor", dando-lhe o caráter de um voto anti-fascista.

O resultado eleitoral significou a conquista de novas posições pela direita e uma derrota política da esquerda.

As eleições

Para se ter uma idéia dessa derrota é interessante notar o resultado eleitoral:

Foram as eleições de menor participação na história recente da Bolívia: votou 56% do eleitorado, enquanto nas outras eleições a participação foi de 80 a 90%. Existiram tramas: por medidas burocráticas diversas só se registraram 18 dos 29 candidatos a Presidência.

No final, Banzer obteve 28% dos votos, Paz Estensoro 27%, os votos em branco atingiram 15% (foram a terceira "força"). A perda de força eleitoral da esquerda fica evidente na diminuição das bancadas de partidos como o PS-1, que passou de uma bancada de 14 deputados para uma de 4, do PCB,

que passou de 11 para 1 deputado apenas.

No período pré-eleitoral, a direita fez uma intensa e milionária campanha, responsabilizando a esquerda pela miséria e apresentando propostas para superá-la. A esquerda, pulverizada, não conseguiu apresentar alternativas que respondessem a esta ofensiva.

A ofensiva burguesa

É no quadro desta vitória da direita que se dá a publicação do "decretazo" de Paz Estensoro. Paz Estensoro tomou as medidas que Banzer seguramente tomaria. Para tanto teve que contradizer todo o seu discurso anterior, quando afirmava que não ia atacar os salários, a classe operária, que não iria submeter-se ao FMI, etc. A burguesia, consciente da debilidade da esquerda, toma a ofensiva.

A reação da classe operária foi imediata: a COB decretou uma greve geral por 48 horas, greve que se estendeu já por mais de 16 dias. O impasse não será resolvido facilmente. Paz Estensoro quer resolvê-lo com o estado de sítio e o exército nas ruas.

Para os trabalhadores bolivianos é decisiva a derrota da política econômica ditada pelo FMI: é também uma questão de sobrevivência social e organizativa. Aí está toda a dramaticidade da situação. A implementação dessas medidas poderá ser o mais duro golpe sofrido pela classe operária boliviana desde 1952.

Ao lado da defesa da própria COB, o elemento central da luta hoje, é uma necessidade gigantesca construir um partido revolucionário que retire a esquerda boliviana da situação de atomização total em que se encontra e que possa apresentar alternativas políticas globais, do ponto de vista operário, para o conjunto da sociedade boliviana. Foi a ausência dessa alternativa que permitiu a atual ofensiva contra a própria COB e todas as conquistas centrais do proletariado boliviano.



A hora da luta: mineiros para contra o "pacote" econômico

da repressão, as bandeiras e camisetas dos sindicatos têm estado ao lado das bandeiras das organizações políticas e comunitárias.

Isto traduz o enraizamento profundo de um movimento sindical que teve, paciente e obstinadamente, que reconstruir os laços e as estruturas desaparecidas com a repressão dos anos 60. Isto explica também a reflexão que atravessa hoje este movimento — sobre a construção de uma direção para a classe operária e sobre as experiências da classe operária de outros países. Esta reflexão adquire maior importância no momento em que está sendo construída uma única grande federação unitária, que pode ser fundada até o final deste ano.

A busca de uma orientação estratégica, a construção de uma direção para a luta e a questão das alianças são questões que se colocam em todas as situações onde as contradições de classe se exacerbam. A África do Sul não é exceção, apesar da especificidade que lhe confere a questão da libertação nacional no processo em curso.

A classe operária negra e suas organizações possuem o potencial para fazer mais do que inquietar o regime. Apenas os trabalhadores negros da África do Sul, pelo lugar que ocupam, podem estruturar a luta pela destruição total do apartheid, até os seus fundamentos capitalistas.

As Igrejas e o ANC

Aí encontramos as explicações para o procedimento de personalidades como o bispo anglicano e prêmio Nobel da Paz Desmond Tutu ou do reverendo Allan Boesak, presidente da Aliança Mundial das Igrejas da Reforma. As potências ocidentais os transformaram em interlocutores privilegiados, porque eles são os únicos que aparecem ao mesmo

tempo como opositores à colaboração com o apartheid e às idéias marxistas, dispondo de uma audiência de massa. O papel de primeiro plano jogado pelas Igrejas filiadas à UDF, mostra que elas estão empenhadas em um curso de rápido engajamento para disputar a influência sobre as massas negras e não têm nenhum interesse em partirem atrasadas.

Outros setores ocidentais já têm um senso de realidade suficiente para exigir a libertação de Nelson Mandela, o dirigente do ANC aprisionado desde 1963, pois sabem que uma negociação com esta organização será inevitável, cedo ou tarde. Até mesmo o governo de Margaret Thatcher é favorável a sua libertação imediata. Mas Mandela rejeita toda negociação com o regime enquanto ele não abandonar sua política de apartheid.

O ANC, que desenvolveu sua influência nos guetos negros, decidiu intensificar a luta armada, inclusive contra objetivos civis, na segunda conferência de sua história depois de sua legalização em 1960, realizada este ano. Sua ala militar, Umkhonto We Sizwe (a Lança de Ferro da Nação) realizou ações que reforçaram seu prestígio, mas não se demonstrou útil nos enfrentamentos com as forças armadas do regime nas "townships". Também o Partido Comunista Sul-Africano parece estar ensaiando sua reaparição, como mostra a presença de uma de suas bandeiras em um funeral em Cradock, em 20 de julho de 1985.

Hoje, todo mundo compreende que se a África do Sul não está a beira de uma revolução eminente, vive horas de um importante confronto de forças que vai se intensificar muito mais. As conquistas políticas e organizacionais pesarão então na balança para o movimento das massas negras sul-africanas.



A África do Sul em dados

Distribuição da população

negros:	22.500.000
brancos:	4.400.000
mestiços:	3.000.000
asiáticos:	880.000

Distribuição da força de trabalho

negros:	6.353.000
brancos:	1.861.000
mestiços:	836.000
asiáticos:	244.000

Distribuição da terra

13% para os negros
87% para os brancos

Distribuição da renda

Negros: 26% (70% da força de trabalho)
Branco: 64% (18% da força de trabalho)
Superfície: 1.134.077 km²
População: 30.780.000 hab.
Língua oficial: inglês
Moeda: rand
Reserva de minérios por ordem:
Platina, cromo, vanádio, ouro, manganês, fluorspar, diamante, níquel, urânio, zinco, fósforo, amianto, antimônio, chumbo, ferro, carvão, titânio, cobre, estanho.

Crime contra a humanidade

Crime contra a humanidade é como o apartheid foi considerado pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Há 38 anos que a Assembleia Geral da ONU fez seu primeiro apelo ao governo da União Sul Africana para pôr fim à discriminação racial.

O artigo 19 do projeto da Comissão de Direito Internacional da ONU para uma convenção sobre a responsabilidade internacional dos estados alinha o apartheid "ao lado da agressão, da manutenção do colonialismo, da escravidão e do genocídio, como crime inter-

nacional, ato ilícito que afeta as obrigações internacionais essenciais para a proteção dos interesses fundamentais da comunidade mundial como um todo".

A comunidade mundial pode e deve lançar mão de todos os recursos e meios disponíveis para eliminar o apartheid, assim como todo o cidadão e toda organização devem aumentar os recursos e criar novos meios para eliminar o quanto antes este câncer que afeta e violenta o conjunto das relações internacionais.

África do Sul

O regime de Pretoria na defensiva

Nathan Palmer

Desde 21 de julho, 36 dos 300 distritos da África do Sul estão sob o estado de emergência. As regiões habitadas pelos negros em volta de Johannesburg, na província de Transvaal, e Port Elizabeth, na província do Cabo Oriental, foram atingidas pela medida. São estas duas regiões que conhecem, há já onze meses, motins interrompidos por breves períodos. Pela legislação em vigor a polícia pode deter sem acusação e obrigar a

mudança de qualquer pessoa. Os direitos dos presos são reduzidos e a imprensa foi colocada sob férrea censura. O Rand Daily Mail, principal diário de oposição, teve que fechar suas portas em abril.

Mais de mil pessoas foram presas desde 21 de julho. E quase 700 pessoas foram mortas, no último ano, pela brutal força de "segurança" do estado sul-africano, nos protestos de

tegram a FOSATU, uma das duas grandes federações não-raciais. A direção nacional da UDF não reconheceu estas ações feitas em seu nome. Os motins de Durban, onde a atuação da organização tribal Inkatha é evidente, parecem indicar que às divergências no interior do movimento de massas devem ser somadas as provocações do regime.

Uma solução tribal

A Inkatha é a organização dirigida por Gatsha Buthelezi, chefe do Kwa Zulu. Este bantustão é o maior dos dez criados pela África do Sul para se livrar de seus cidadãos negros. Mas, ao contrário de outros chefes de bantustões, Buthelezi aparece como um adversário moderado do apartheid, recusando-se a aceitar a "independência" de Pretória para procurar apoios nos meios empresariais, tanto sul-africanos como americanos. Ele acaba de regressar de uma viagem a Israel visando reforçar sua imagem internacional. Seu raciocínio é simples: encarnar a solução do pós-apartheid, como alternativa ao Congresso Nacional Africano (ANC) e ao conjunto do movimento de massas. Quando nos recordamos de que existem 6 milhões de zulus na África do Sul, compreendemos os fundamentos destas pretensões hegemônicas. Milicianos da Inkatha que patrulhavam, armados de bastões e lanças, os guetos da província de Natal, não hesitaram em atacar os funerais de Victoria Mxengue, advogada assassinada que foi uma das dirigentes da UDF.

A agitação nas "townships" parecem ter condições de durar indefinidamente. Suas retomadas se fazem sentir até nos meios empresariais estrangeiros, inquietos com a obstinação do regime racista. A moeda sul-africana, o rand, conheceu uma grande depreciação frente ao dólar. Ela é hoje trocada por 0,36 dólares, após ter atingido há algum tempo a paridade com a moeda americana. As cotações de todos os produtos da África do Sul conheceram quedas, numa economia já em recessão. Daí o porque das pressões sobre Botha para que ele negocie as adaptações necessárias.

O que são os bantustões?

As "homelands" constituem a pedra angular do regime de apartheid. Elas ocupam 13,7% do território e são habitadas por mais da metade da população negra. Estes bantustões são verdadeiros desertos econômicos. Neles quase não há indústrias e aí se localizam as terras menos férteis. O desemprego massivo e a pobreza são a realidade cotidiana de mais de 10 milhões de negros. Assim, em Transkei, 40% das crianças morrem antes dos 10 anos de idade, mesmo Transkei sendo o modelo de "homeland" desenvolvida pelo governo da África do Sul. Há, ao todo, 10 bantustões. Entre eles, 4 são proclamados governos independentes: Transkei, Ciskei, Bophutatswana e Venda, mas de fato seus governos são inteiramente controlados pelo governo sul-africano. Aí pre-

O papel do movimento sindical

As greves organizadas pelos setores mais combativos contra as demissões, por aumentos de salários, pelo reconhecimento dos sindicatos pelos patrões — não param de crescer. O movimento conheceu vitórias importantes tanto no setor privado como em certas empresas estatais, como no caso da fábrica Sasol.

O importante e dinâmico sindicato dos mineiros (NUM) tomou várias deliberações importantes em seu congresso extraordinário de 3 de agosto de 1985, onde compareceram 450 delegados e 2.500 militantes. Ele dirigiu um ultimatum a Botha exigindo a suspensão, no prazo de 72 horas, do estado de emergência, senão seriam "boicotadas todas as lojas de propriedade de brancos nas cidades mineiras". Uma segunda decisão foi a de convocar uma greve geral imediata e por tempo indeterminado se o presidente da República Sul-Africana concretizasse a ameaça de expulsar os trabalhadores "estrangeiros" do país. Mas a principal decisão foi a convocação de uma greve geral nas minas reivindicando um aumento salarial de 22%, quando a Câmara das Minas se recusava a conceder mais do que 19%. A greve não foi deflagrada pelos avanços na negociação. Tomadas em conjunto, estas três decisões sintetizam reivindicações elementares e políticas frente ao governo. Deve-se ressaltar que as zonas mineiras não se situam nas regiões sob o estado de emergência.

O NUM utilizou-se de uma certa flexibilidade na negociação com o patronato, porque sabia que corria o risco de enfrentar uma grave derrota em seu desenvolvimento, cinco anos depois da sua fundação e de se transformar num dos mais espetaculares exemplos do novo movimento sindical. O desenvolvimento do NUM é significativo do desenvolvimento dos sindicatos independentes. Os funerais de um dirigente da Federação dos Sindicatos Sul-Africanos (FOSATU), Andries Raditsela, assassinado pouco depois de sua libertação da prisão, assistiu a uma manifestação de mais de 20.000 pessoas, em 14 de maio deste ano. Nas manifestações que têm acompanhado os funerais das vítimas

Há um ano ocorreram os primeiros motins nos subúrbios negros das grandes cidades sul-africanas, contra a alta dos aluguéis das casas pertencentes ao Estado. Estas explosões espontâneas encontraram e somaram-se aos boicotes massivos dos cursos de primeiro e segundo grau pelos estudantes negros e ao desenvolvimento contínuo da ação dos sindicatos independentes. Um dos momentos culminantes desta convergência foi a greve geral da província de Transvaal, nos dias 5 e 6 de novembro de 1984. Uma das características da situação nos guetos negros é, portanto, a coexistência de formas de ação organizadas, como o boicote às lojas dos brancos, e de expressões de um movimento incontrolado de revolta.

Os funerais das vítimas da polícia assistem às manifestações de organizações comunitárias e sindicais junto a uma população exasperada, que deseja destruir o apartheid. Colaboradores do regime, conselheiros municipais ou policiais negros, são o alvo preferido da cólera das massas negras. Semana após semana, tem-se uma seqüência trágica e sem fim de funerais e novas manifestações, onde tombam novas vítimas do apartheid e onde se expressa a ira dos negros contra os que eles tomam como

auxiliares do apartheid. Eis um dos limites destes motins: permanecendo restritos às zonas negras, apenas atingem objetivos marginais e não o coração do sistema.

Divergências no movimento

Os acontecimentos de 7 e 8 de agosto último, em Durban ilustram isto. Os motins que aí ocorreram visaram os comerciantes indianos, numerosos na região. As divisões do apartheid, que deram a esta comunidade uma situação menos favorecida no plano econômico e dos direitos civis, não engendraram uma situação que permitisse a emergência de uma direção consciente, capaz de trabalhar pela unidade do conjunto das massas negras, quer elas sejam "asiáticas", "mestiças" ou "africanas", como ocorre no movimento sindical não racial. As potencialidades desta unidade são evidentes: os "indianos" e os "mestiços" rejeitaram massivamente as reformas constitucionais do presidente Botha.

Além disso, há testemunhas de agressões realizadas por pessoas que se dizem participantes da Frente Democrática Unitária (UDF) contra militantes políticos da Azapo (corrente da Consciência Negra) ou de sindicatos como os que in-

Os interesses imperialistas na África do Sul

A Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a Alemanha, a França e a Suíça representam mais de 90% dos investimentos estrangeiros diretos no país, isto é, mais de 15 bilhões de dólares. Das 1.068 multinacionais que operam na África do Sul, um terço tem sua sede na Inglaterra. Os Estados Unidos e a Alemanha representam cada um um quarto delas.

Os laços entre Londres e Pretória são antigos. Com 8 bilhões de dólares, Londres representa metade do investimento estrangeiro direto. Com os investimentos indiretos, este total se eleva para 14 bilhões, cifra que representa 10% do investimento britânico no estrangeiro.

São os Estados Unidos que vêm em segundo lugar, em termos de investimento estrangeiro direto, com quase 20% do total. Entre 1966 e 1983, o investimento americano passou de 490 milhões de dólares para 2,3 bilhões. Segundo a publicação americana *Christian Science Monitor* o investimento americano soma 13,78 bilhões de dólares.

Os investimentos alemães representam 10% do total dos investimentos es-

trangeiros, com 1,4 bilhões de dólares. A balança comercial é amplamente favorável para a RFA: ela exporta para Pretória 2,3 bilhões de dólares por ano contra importações provenientes da África do Sul no valor de 676 milhões de dólares.

O Japão, por sua parte, equilibra melhor sua balança comercial, tendo exportado 1,9 bilhões de dólares e importado 1,3 bilhões em 1984.

Este quadro ficaria incompleto sem a participação decisiva à manutenção e desenvolvimento do apartheid dos empréstimos bancários ocidentais. O Conselho Mundial de Igrejas publicou em abril de 1985 um informe sobre estes empréstimos para o período de meados de 1982 - fim de 1984. Foram concedidos 98 novos empréstimos por 202 bancos de 18 nacionalidades diferentes, num total de 4,25 bilhões de dólares. Eles destinaram-se tanto a empresas públicas como privadas da África do Sul. Os vinte maiores credores são todos bancos europeus, concentrados fundamentalmente na Inglaterra, Suíça, Alemanha e França.

A omissão de Reagan e a ofensiva conservadora

AIDS e a contra-revolução sexual

A AIDS não é "doença gay". Está sendo usada para alimentar uma ofensiva conservadora, tentando impulsionar uma verdadeira contra-revolução no modo de vida. As verbas para a pesquisa são muito pequenas: o governo de Reagan é acusado da "negligência criminosa".

Do alto de seu reacionarismo o presidente americano, Reagan, definiu a AIDS: "castigo divino"...

Uma grande campanha está sendo feita, pela imprensa, utilizando-se da ameaça da AIDS e da desinformação em relação a ela para fortalecer uma espécie de "contra-revolução sexual". Um sofisticado apelo à velha "moral e bons costumes" está sendo feito.

Como a AIDS explodiu no seio das comunidades gays dos Estados Unidos (São Francisco, Los Angeles e Nova York), ela ficou identificada e estigmatizada como "doença gay". O que alimentou o reforço de toda sorte de preconceitos e discriminações contra os homossexuais.

Com o passar do tempo, foi-se percebendo que a contaminação com a AIDS se dava também através de relações heterossexuais e por contágio sanguíneo.

A AIDS não é uma "doença gay"

A ofensiva conservadora, porém, não parou. Passou a considerar que o tipo de relacionamento sexual capaz de evitar com segurança a AIDS é o monogâmico com fidelidade total. A histeria alimentada pela AIDS levou a alguns a prosseguir nessa rota e tirar a consequência "lógica e final" desse raciocínio: seguro mesmo só a abstinência sexual...

A AIDS tem sido um forte argumento para o conservadorismo, para a discriminação e até mesmo para — especialmente nos Estados Unidos — o ataque aos direitos civis dos homossexuais.

A omissão do governo americano

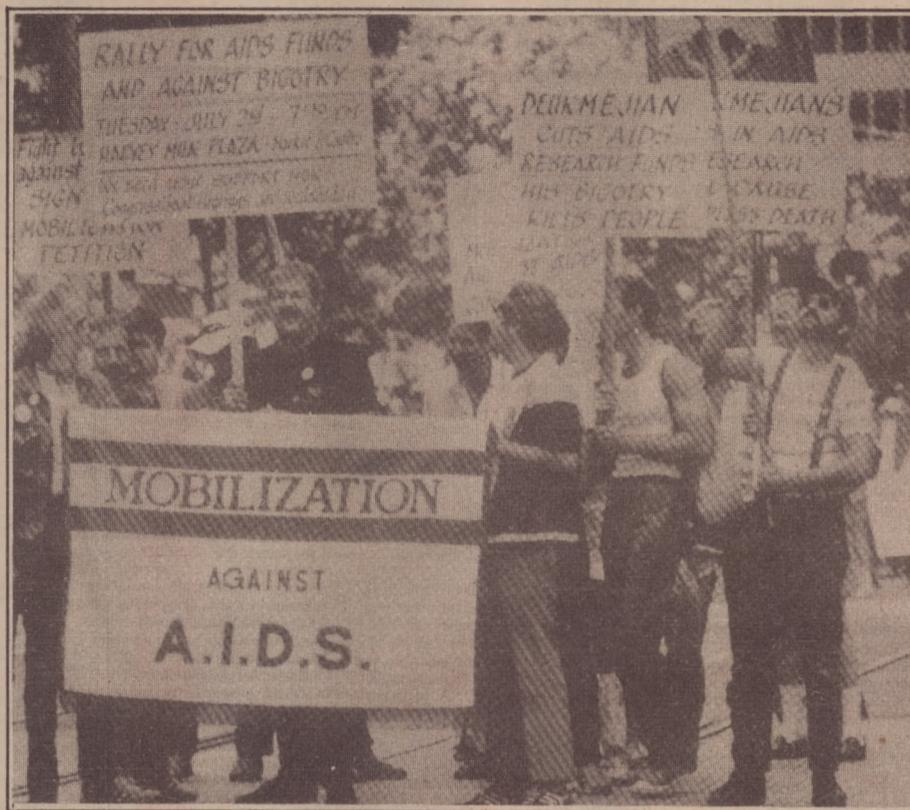
Segundo o pesquisador Robert Gallo (do National Cancer Institute), em entrevista ao *Le Monde*, existem onze mil pessoas com AIDS nos Estados Unidos.

O total de pessoas infectadas com o vírus deve estar entre um e dois milhões.

O pesquisador americano afirma que das pessoas infectadas 6 a 7% desenvolverão a doença em um ano, 15 a 20% nos três anos seguintes. Apesar dos dados serem insuficientes, muitos dos que estão contaminados com o vírus jamais desenvolverão a doença.

Outros pesquisadores afirmam que apenas 10% das pessoas infectadas ficarão doentes.

O coordenador do movimento "Mobilização contra a AIDS", dos Estados Unidos, Paul Boneberg, denuncia ao jornal *Socialist Action*, a omissão do governo americano. A AIDS foi detectada nos Estados Unidos em 1979. Naquele ano e em 1980 o governo americano não destinou quaisquer recursos



Manifestação gay: contra a discriminação, pela pesquisa

para as pesquisas sobre a doença. Em 1981, destinou apenas cinco milhões de dólares — o que representa muito pouco em termos de resposta médica para qualquer doença.

Em sete anos de presença da AIDS nos Estados Unidos o governo gastou apenas 175 milhões de dólares. Para perceber a pouca atenção dada à pesquisa sobre a AIDS, basta comparar com os gastos para responder à febre suína: em apenas seis semanas o governo gastou 135 milhões de dólares.

O movimento homossexual americano acusa o governo Reagan de "negligência criminosa".

Um programa contra a AIDS

O movimento "Mobilização contra a AIDS" apresenta uma plataforma para combater a doença: 1- a criação de um Comitê nacional para coordenar e custear um programa para encontrar a cura da AIDS; 2- um programa nacional de educação para prevenir o risco da AIDS, conscientizando que há como evitá-la; 3- garantia de serviços adequados, inclusive médicos, para as vítimas da AIDS e 4- fim do uso da "crise da AIDS" para promover uma ofensiva anti-gay ou para atacar quaisquer direitos civis.

Segundo Paul Boneberg, a comunidade gay está tentando dizer a todos: "não espere, devemos nos mobilizar agora contra a doença". Ele lamenta a disputa entre pesquisadores internacionais que, competindo pelo Prêmio Nobel, deixam de acelerar, pela cooperação, o ritmo das pesquisas.

O vírus

Identificado em 1982, o vírus da AIDS é o HTLV-3 (para os americanos) ou o LAV (para os franceses). O seu contágio pode se dar através do esperma, do sangue ou da saliva.

A fonte inicial do vírus foram os macacos verdes, na África Equatorial. Em torno dos anos 60 algumas pequenas tribos da região do lago de Vitória entraram em contato com ele. Mas estas tribos estavam distantes. Com o processo de urbanização se acelerando e com as grandes migrações provocadas pela seca e pela fome na África o vírus se "propaga".

A propagação do vírus na África é indissociável das péssimas condições de vida e de saneamento existentes na África. O semanário "*The Economist*" chega a levantar a pouca utilização de seringas descartáveis — forçando a utilização repetida de uma seringa contaminada — como um dos responsáveis por essa propagação. E "*The Economist*" ainda levanta que a dimensão do problema da AIDS na África deve estar sendo "mascarado": outras infecções causam mortes antes da AIDS se manifestar.

A AIDS no Brasil

No Brasil, até o final do ano deverão ser registrados mil casos.

Um problema por aqui, e que já está virtualmente controlado em outros países, é o do contágio através de bancos de sangue. Já foi várias vezes denunciada a situação de vários bancos de sangue particulares, que fazem uma verdadeira traficância. As condições de

funcionamento deles pode aumentar o risco de se contaminar.

Antes de mais nada um problema de saúde pública.

A histeria e a contra-revolução no modo de vida

A revista americana *Newsweek* publicou com destaque a declaração de um médico do "US Center for Disease Control": "A AIDS vai pôr fim à revolução sexual. Você pode ter chances com herpes ou hepatite B, mas você não terá chances com ela".

Temos que responder a esses delírios reacionários em duas linhas.

A primeira é, como já levantam vários setores da sociedade, exigir providências e financiamentos para pesquisar e encontrar métodos eficazes de prevenção e cura da doença. Há uma série de medidas sociais, educacionais e de saúde pública que também deve ser tomadas. Devemos deixar claro que são o conservadorismo e a discriminação os responsáveis pela existência de menos investimentos governamentais do que o necessário para desenvolver as pesquisas.

A segunda linha é contrapor-nos firmemente à ofensiva ideológica conservadora. Essa ofensiva tenta fazer retroceder importantes conquistas, como os direitos civis dos homossexuais.

Essa ofensiva não pode ser separada de uma das respostas que a burguesia a escala mundial tenta dar à crise do capitalismo.

No período de expansão do capitalismo, depois da Segunda Guerra, houve um grande processo de absorção das mulheres no mercado de trabalho: esta crescente participação das mulheres, transformando o seu papel tradicional na família, criou uma das bases objetivas para o desenvolvimento do movimento feminista.

O movimento feminista com a sua mobilização deu importantes passos no sentido da ruptura com a estrutura autoritária e conservadora da família tradicional, abrindo espaços para novas formas de convivência e relacionamento.

Com o fim da expansão e o início e prolongamento da crise capitalista — que leva ao aumento do desemprego — tem havido uma pressão em sentido contrário, desenvolvendo-se uma propaganda — mais, ou menos sutil — pela retomada da família tradicional. É uma pressão ideológica para que as mulheres reassumam o seu papel tradicional, zelando pelo lar. E esta pressão não vem dissociada da "recuperação" de vários "valores" conservadores.

A "crise da AIDS" é explorada para fortalecer essa ofensiva.

A luta contra todo tipo de discriminação, a luta pela libertação das mulheres, pelos direitos das minorias, enfim, todas batalhas que contribuem para o processo de transformação do modo de vida não podem se deter frente a essa ofensiva conservadora.